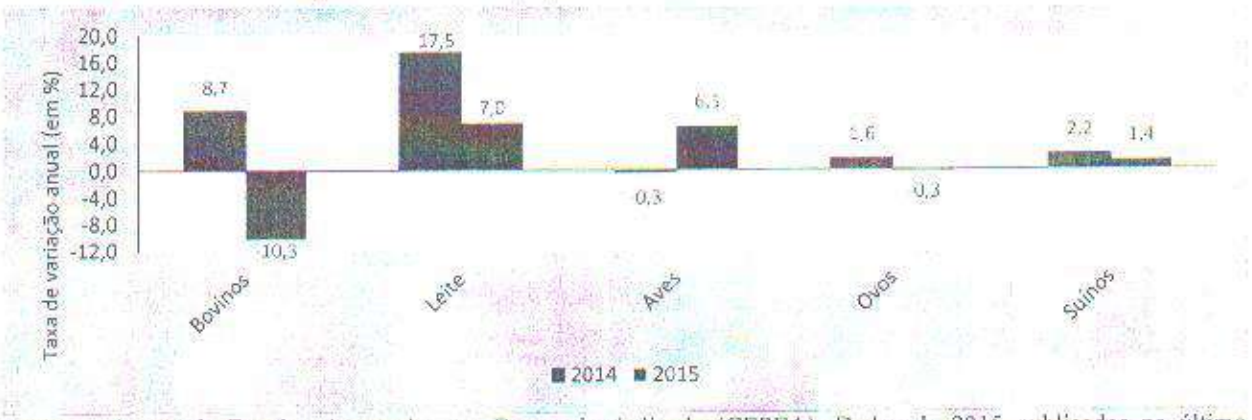
Folha Nº 067
TRIBUNAL DE CONTAS SECRETARIA 1ª CÂMARA Fls. 61

papel recuou -8,6% em 2015 comparativamente a 2014 e a metalurgia apresentou retração de -4,5% na mesma base de referência, a previsão é de queda do valor adicionado gerado nas atividades de produção florestal no estado a montante destes segmentos.

Na pecuária, não estão publicadas projeções atualizadas para a evolução dos efetivos em âmbito estadual para o ano de 2015, dado a defasagem de divulgação da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) pelo IBGE. Entretanto, o CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da Esalq/USP projetou para Minas Gerais (sob parceria da SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da FAEMG – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais) as seguintes taxas de variação real em 2014 e 2015[9], respectivamente: 8,7% e -10,3% (bovinos); 17,5% e 7,0% (leite); -0,3% e 6,5% (aves); 1,6% e -0,3% (ovos); 2,2% e 1,4% (suínos) (gráf. 2).

Gráfico 2: Taxas de variação real no ano (%) – Minas Gerais – 2014-2015



Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). Dados de 2015 publicados no último relatório disponível (http://cepea.esalq.usp.br/pibmg/files/2015/01Ago.pdf, acesso em 18/03/16); dados de 2014 publicados no último relatório do ano de 2014 (http://www.cepea.esalq.usp.br/pibmg/files/2014/01JanDez.pdf, acesso em 25/03/15).

Tudo indica que as projeções para o comportamento da bovinocultura leiteira pelo CEPEA estão bastante otimistas para o fechamento do ano de 2015.[10] As informações da Pesquisa Trimestral do Leite, por exemplo, apontam uma retração na quantidade de leite adquirido no acumulado de 2015 em relação a 2014 (dados de janeiro a dezembro) de -2,3% em Minas Gerais[11]. Portanto, as projeções dos institutos produtores de estatísticas para o comportamento da pecuária mineira indicam um desempenho mais modesto da atividade em 2015 vis-à-vis a 2014, com exceção do segmento de avicultura de corte.

---

[9] Dados de 2015 publicados no último relatório disponível para o ano (relatório de agosto).
[10] Em relação à projeção do CEPEA anterior para 2015, a bovinocultura leiteira de Minas Gerais já teve seu crescimento real revisto de 18,5% para 7,0%.
[11] No Brasil, a retração na mesma base de comparação foi de -2,8%.

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 51
MINAS GERAIS

		007				
AC	CRUZEIRO DO SUL	0401254 8000112 008	1	200.000,00	11810019	10301201585810616
AL	FELIZ DESERTO	1175985 4000112 001	1	200.000,00	25790008	10301201585810027
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	1125292 8000112 002	1	200.000,00	22890005	10301201585810027
BA	BARRA DO MENDES	1370223 8000112 001	1	200.000,00	32620008	10301201585810029
BA	BARRA DO MENDES	1166219 1000112 001	1	200.000,00	12700005	10301201585810029
ES	AFONSO CLAUDIO	2716556 2000112 001	1	200.000,00	27730003	10301201585810372
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	3172349 7000112 003	1	200.000,00	13010004	10301201585810032
MA	BREJO DE AREIA	1389873 0000112 002	1	200.000,00	26940005	10301201585810021
MA	SAO VICENTE FERRER	1170018 3000112 002	1	200.000,00	2113000 7	10301201585810021
MA	SAO VICENTE FERRER	1170018 3000112 003	1	200.000,00	2113000 7	10301201585810021
MG	SANTANA DA VARGEM	1824518 3000112 003	1	200.000,00	27540009	10301201585810031
PA	GOIANESIA DO PARA	8321143 3000112 002	1	200.000,00	31880006	10301201585810015
PA	MAGALHAES BARATA	1371195 5000112 001	1	200.000,00	31880006	10301201585810015
PA	OEIRAS DO PARA	1252751 6000112 002	1	200.000,00	34910009	10301201585810015
PA	SENADOR JOSE PORFIRIO	0542111 0 0001120 01	1	200.000,00	34910009	10301201585810015
PR	CORONEL VIVIDA	0890653 3000112 001	1	200.000,00	19680007	10301201585810041
RJ	APERIBE	3628890 0000112 001	1	200.000,00	25020004	10301201585811458
RR	NORMANDIA	0405622 2000112 003	1	200.000,00	23700010	10301201585810014
RR	PACARAIMA	0161267 5000112 001	1	200.000,00	26720006	10301201585810014
RS	ENCANTADO	8834923 8000112	1	200.000,00	25650003	10301201585810043

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 60
MG

Tabela 4: Previsão[1] de safra agrícola por produto – Minas Gerais e Brasil – 2015

Produto (Toneladas)	Brasil e Unidade da Federação			
	Brasil		Minas Gerais	
	Safra 2015	Variação (%)	Safra 2015	Variação (%)
Abacaxi [2]	1767267	0,2	263133	7,0
Algodão herbáceo	4123335	-2,7	67588	-6,7
Alho	116764	24,5	36025	70,1
Amendoim (1ª Safra)	329929	-10,2	8994	-2,0
Arroz	12312315	1,1	24568	-36,5
Banana	7012901	1,0	795925	11,9
Batata Total	3659448	-0,8	1212922	1,0
Batata - inglesa (1ª Safra)	1722226	-1,2	553645	13,1
Batata - inglesa (2ª Safra)	1120922	-2,0	358357	-11,6
Batata - inglesa (3ª Safra)	816300	1,6	300920	-1,4
Café Total	2645500	-5,7	1345834	-1,4
Café arábica	1990387	-1,1	1325471	-1,6
Café *canephora*	655113	-17,3	20363	13,8
Cana-de-açúcar	754948452	2,4	69000135	-2,9
Cebola	1461580	-11,2	195528	14,0
Coco-da-baía [2]	1790736	-8,0	36328	-20,2
Feijão Total	3107910	-5,7	509452	-11,1
Feijão (1ª Safra)	1342113	-4,5	162001	-20,0
Feijão (2ª Safra)	1304751	-7,9	157402	-4,8
Feijão (3ª Safra)	461046	-2,4	190049	-7,4
Girassol	154158	-2,8	21257	27,0
Laranja	16273634	-3,9	987363	5,0
Mamona	76345	103,1	170	-84,8
Mandioca	22756807	-2,1	851846	0,0
Milho Total	85707795	7,3	6839297	-1,8
Milho (1ª Safra)	29469353	-4,8	5430911	-5,7
Milho (2ª Safra)	56238442	15,0	1408386	16,9
Soja	97043704	11,9	3524055	5,3
Sorgo	2116467	-7,1	521034	2,9
Tomate	3686816	-14,3	715890	6,1
Trigo	5425856	-13,4	245214	20,1
Uva	1507419	3,7	12615	9,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA).

Notas: (1) Previsão de safra em dezembro/2015.
(2) Unidade de medida em mil frutos.

Com relação à produção mineira na silvicultura e extração vegetal, pode-se dizer que o nível de atividade do segmento é fortemente articulado com as cadeias produtivas locais da metalurgia e da produção de celulose e papel na indústria de transformação, uma vez que a produção florestal é insumo dessas atividades. Como a produção industrial mineira de celulose e

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 52
MINAS GERAIS

		001				
RS	VENANCIO AIRES	8733491 8000112 001	1	200.000,00	31950003	10301201585810043
RS	VENANCIO AIRES	8733491 8000112 002	1	200.000,00	31950003	10301201585810043
RS	VENANCIO AIRES	8733491 8000112 003	1	200.000,00	31950003	10301201585810043
SC	ICARA	8291680 0000112 001	1	200.000,00	19730007	10301201585810042
SC	SOMBRIO	8296321 6000112 001	1	200.000,00	19730007	10301201585810042
SC	TIMBO	8310276 4000112 001	1	200.000,00	32420013	10301201585810042
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	5535665 3000112 002	1	200.000,00	36200003	10301201585810035

ANEXO II

MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DOS POLOS DA ACADEMIA DA SAÚDE.

UF	MUNICIPIO	NU_SUBPROJETO	VALOR (R$)	CÓD. EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	SAO GOTARDO	186020370001 12004	100.000,00	27570003	10301201585810031
MS	ITAQUIRAI	154030410001 12001	80.000,00	14450001	10301201585810054
PB	BORBOREMA	090704000001 12001	100.000,00	27160002	10301201585810025
PB	ITAPORANGA	111745520001 12001	80.000,00	12770001	10301201585810096
PB	JOCA CLAUDINO	016132830001 12002	100.000,00	27160002	10301201585810025
PB	MALTA	124601360001 12001	80.000,00	12770001	10301201585810096
PB	OURO VELHO	113484100001 12001	100.000,00	271200 11	10301201585810025
PB	PILOES	120448680001 12002	80.000,00	28960001	10301201585810025
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	137708020001 12001	100.000,00	27090005	10301201585810022
RJ	DUQUE DE CAXIAS	291383280001 12003	180.000,00	13080002	1030120158581 0112
RJ	DUQUE DE CAXIAS	291383280001 12004	180.000,00	13080002	1030120158581 0112
RJ	DUQUE DE CAXIAS	291383280001 12005	180.000,00	13080002	1030120158581 0112
RJ	DUQUE DE CAXIAS	291383280001 12009	180.000,00	27780001	1030120158581 0112
RJ	ITALVA	304171580001 12001	180.000,00	25030006	1030120158581 1832
RS	BOA VISTA DO BURICA	876128670001 12001	100.000,00	28620019	10301201585810043

Processo nº 065
TRIBUNAL DE CONTAS SECRETARIA DA CÂMARA FLS. 59 MINAS GERAIS

agricultura brasileira é menor do que na estrutura agrícola mineira, o que implica dizer que a cafeicultura exerce uma influência maior no resultado agregado em Minas Gerais.

Além do café e da cana-de-açúcar, outras duas culturas com peso na agricultura do estado ajudam a explicar a diferença de desempenho entre a agricultura mineira e nacional: o milho e o feijão.[8] De fato, enquanto em Minas Gerais a quantidade produzida de milho em grão reduziu -1,8% em 2015 por conta da forte redução na primeira safra do milho, em âmbito nacional projetou-se expansão de 7,3% na totalidade da safra de milho por causa do peso e do desempenho favorável da segunda safra do grão. No caso do feijão, houve retração da produção tanto em Minas Gerais quanto na economia nacional. Porém, a queda observada no estado (-11,1%) foi mais acentuada que a constatada para a economia brasileira (-5,7%), o que também ajuda a entender a inflexão da agricultura mineira em 2015 (tab. 4).

Ainda em relação à análise comparativa da agricultura brasileira com a mineira em 2015, pode-se afirmar que a projeção de safra de duas culturas com peso na pauta agrícola nacional e que apresentaram incrementos na produção foram decisivos para explicar a diferença anual na taxa de variação no volume de valor agregado da agropecuária, positiva na média brasileira e negativa em âmbito estadual: o arroz (expansão de 1,1% na produção nacional contra uma inflexão de -36,5% na quantidade estadual) e a soja – um dos principais produtos da pauta agrícola nacional – com previsão positiva de 11,9% no Brasil e expansão mais modesta em Minas Gerais (5,3%). Nessa mesma linha de raciocínio – produtos com peso na pauta agrícola nacional –, a variação de safra da cultura de algodão herbáceo também ajuda a entender a diferença de desempenho entre a agricultura mineira e nacional, já que a retração da produção no estado (-6,7%) foi mais acentuada que em âmbito nacional (-2,7%).

Portanto, dos seis principais tratos culturais da agricultura mineira em termos de participação no valor de produção agrícola (nessa ordem) – café, cana-de-açúcar, soja, milho, batata-inglesa e feijão –, apenas a soja (5,3%) e a batata-inglesa (1,0%) apresentaram expansão da quantidade produzida em 2015.

---

[8] O milho e o feijão em grão juntos representam quase 15% do Valor de Produção da pauta agrícola mineira.

RS	BOA VISTA DO INCRA	12131855000112001	100.000,00	31730012	10301201585810043
RS	CIDREIRA	90256686000112002	100.000,00	28610001	10301201585810043
RS	CIDREIRA	13417345000112001	100.000,00	20230004	10301201585810043
RS	PAVERAMA	91693317000112002	100.000,00	28930004	10301201585810043
RS	PORTAO	87344016000112003	180.000,00	34030014	10301201585810043
RS	SANTO AUGUSTO	87613105000112002	100.000,00	28620019	10301201585810043
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	88370879000112001	180.000,00	28670005	10301201585810043
RS	SAO VENDELINO	91984492000112001	100.000,00	28610001	10301201585810043
RS	SELBACH	87613501000112001	100.000,00	28640010	10301201585810043
RS	TAPERA	87613493000112001	80.000,00	28690004	10301201585810043
RS	TAQUARA	97761407000112002	100.000,00	28690004	10301201585810043
RS	WESTFALIA	04215147000112001	80.000,00	28690004	10301201585810043
SC	FAXINAL DOS GUEDES	83009910000112003	180.000,00	28550004	10301201585810042
SP	MERIDIANO	45116092000112001	100.000,00	90410020	10301201585810035
SP	VALENTIM GENTIL	46599833000212002	100.000,00	90410020	10301201585810035

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA 1ª CAMARA
Fls. 53
MINAS GERAIS

Folha Nº 059

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 58
MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Santana do Paraíso
Folha Nº 064

AGROPECUÁRIA

A produção da agricultura, extração vegetal e da silvicultura está sujeita a acentuadas oscilações no curto prazo, em função tanto da forte dependência a fatores climáticos quanto de significativas alterações nos preços das *commodities* agrícolas e dos insumos que compõem o consumo intermediário da atividade. No ano de 2015, a estiagem e a crise hídrica novamente afetaram o desempenho da agricultura na região sudeste, com impactos significativos em Minas Gerais[5].

Como os efeitos da seca na agricultura do estado foram mais severos que o observado no conjunto da economia brasileira, isto ajuda a explicar a diferença no resultado agregado da agropecuária do estado em relação à *performance* da atividade em âmbito nacional ao longo do ano. Enquanto em Minas Gerais houve retração de -2,3% no volume do valor adicionado da agropecuária em 2015 comparativamente a 2014, no Brasil houve acréscimo de 1,8% na mesma base de comparação. Em Minas Gerais os resultados foram desfavoráveis nos três subsetores que compõem a atividade agropecuária: a agricultura, a pecuária e a extração vegetal e silvicultura. No Brasil, apesar dos resultados também desfavoráveis no comportamento da pecuária e da produção florestal, o desempenho da agricultura sustentou a taxa positiva da agropecuária nacional[6].

A diferença de desempenho entre o comportamento da agricultura mineira e nacional em 2015 pode ser visualizada na análise das principais safras com peso na economia do estado: o café e a cana-de-açúcar[7]. Como a projeção para ambas as culturas são de retração para o estado em 2015 de, respectivamente, -1,4% e -2,9% entende-se o motivo da queda da agropecuária em Minas Gerais. No Brasil, apesar da produção de café projetada para 2015 ter retraído mais do que a observada para a economia mineira (-5,7%) por conta da abrupta queda na produção do café *canephora* no Espírito Santo, o acréscimo na produção de cana-de-açúcar nacional estimado para 2015 foi de 2,4% (tab. 5). É importante salientar que o peso do café no valor de produção da

---

[5] "A agropecuária, que sofre os efeitos diretos das mudanças climáticas, é um dos primeiros setores a sentir o baque da falta de chuva. O café e o leite, dois dos principais esteios da economia do estado, se curvaram à seca. A estiagem foi tanta que o Sul de Minas, região propícia para o cultivo do grão e onde estão os maiores cafeicultores mineiros, começa a conviver com problemas típicos do Norte do estado. A pastagem prejudicada e a desaceleração da demanda impactaram a produção de leite em Minas". Ver reportagem: AYER, Flávia; CASTRO, Marinella. "Seca prolongada traz prejuízos para agropecuária, indústria e serviços", edição de 01/11/2015, Estado de Minas.

[6] Ver Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais, Outubro/Dezembro 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201504caderno.pdf>. Acesso em: 21/03/2016.

[7] O café e a cana-de-açúcar juntos representam quase 50% do Valor de Produção da pauta agrícola mineira.

4º TRIMESTRE | 2015

A Fundação João Pinheiro (FJP), através do Centro de Estatística e Informações (CEI), apresenta neste relatório os resultados comentados do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais e, consequentemente, a primeira estimativa da taxa de variação real da economia mineira no ano passado[1]. O PIB trimestral de Minas Gerais é calculado pela FJP com metodologia própria e os resultados são **preliminares** e, naturalmente, sujeitos a revisão. Os cálculos são sempre revistos em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dois ajustes principais: 1) atualização da estrutura de ponderação das atividades econômicas no valor adicionado da economia do Estado; e 2) substituição de projeções ou valores preliminares nas séries de dados primários utilizados no cômputo do PIB trimestral por valores consolidados. Os procedimentos de revisão são semelhantes aos adotados pelo IBGE no que diz respeito às Contas Nacionais Trimestrais, e os resultados definitivos são divulgados usualmente com defasagem de dois anos.

[1] Em novembro de 2015, a FJP divulgou os resultados anuais do PIB de Minas Gerais e a estrutura de ponderação atualizada das atividades econômicas para o período 2010-2013, calculados em conjunto com o IBGE, seguindo as recomendações do manual de compilação das Contas Nacionais das Nações Unidas – o *System of National Accounts* (SNA) de 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
GOVERNO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 21
MINAS GERAIS
Processo Inicial de Sondagem
Folha nº 063

Tabela 3: Valor Adicionado: Taxas de variação trimestral (compara o trimestre de referência com igual trimestre do ano anterior) – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados	2013				2014				2015			
(Em %)	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
PIB (preços de mercado)	1,1	0,0	-0,6	1,1	3,7	-2,3	-2,6	-1,6	-5,0	-3,3	-4,5	-7,0
VA (preços básicos)	1,1	-0,1	-0,7	0,9	3,6	-2,4	-2,7	-1,6	-5,0	-3,1	-4,3	-6,8
Agropecuária	7,2	-3,9	-6,6	18,5	12,7	-13,1	-14,2	5,8	-14,5	6,2	5,1	-17,1
Indústria	-2,3	0,1	-0,7	-3,0	3,9	-4,1	-3,9	-5,7	-8,0	-7,8	-9,6	-10,8
Serviços	1,4	1,2	1,0	0,9	2,4	0,2	-0,4	-0,5	-2,2	-2,4	-3,0	-3,6
						BRASIL						
PIB (preços de mercado)	2,8	4,1	2,8	2,4	3,2	-0,8	-1,1	-0,7	-2,0	-3,0	-4,5	-5,9
VA (preços básicos)	2,7	3,9	2,5	2,4	3,1	-0,7	-1,0	-0,7	-1,7	-2,5	-3,8	-5,0
Agropecuária	21,7	10,3	-2,7	3,8	6,2	-0,6	0,3	2,2	5,4	2,2	-2,0	0,6
Indústria	-1,6	4,3	2,9	3,0	4,6	-2,7	-2,9	-2,1	-4,4	-5,7	-6,7	-8,0
Serviços	2,9	3,2	2,7	2,2	2,2	0,0	-0,3	-0,3	-1,4	-1,8	-2,9	-4,4

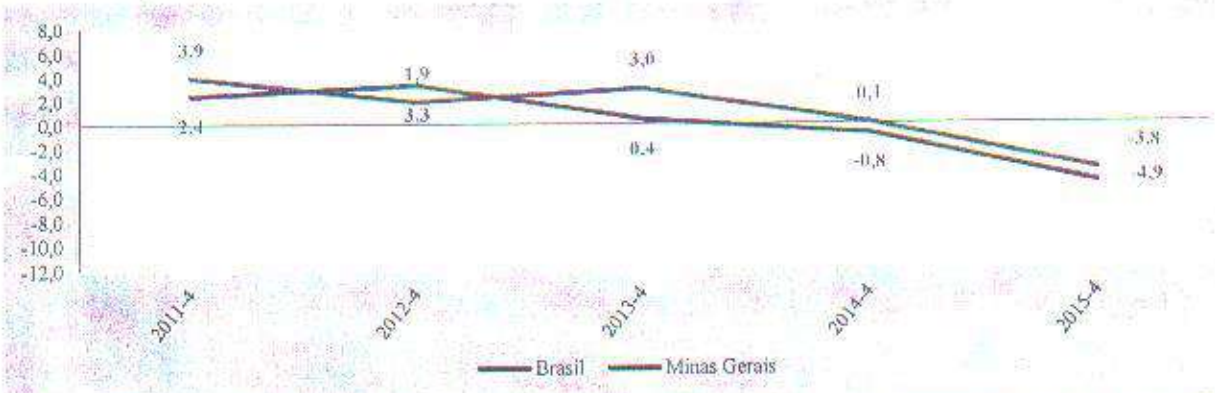
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 35
MINAS GERAIS

SÍNTESE DOS RESULTADOS: PIB TRIMESTRAL DE MINAS GERAIS

O PIB de Minas Gerais retraiu-se -4,9% em 2015 (gráf. 1), como resultado do menor nível de atividade econômica em praticamente todos os setores da economia estadual[2]. Nos serviços[3], o volume do valor adicionado setorial diminuiu -2,8%, fortemente condicionado pelo recuo do mercado interno, e em linha com o observado na economia nacional; também foram registrados decréscimos do nível de atividade na indústria de extração mineral, na indústria de transformação, na construção civil e na geração e distribuição de eletricidade e água, de respectivamente, -1,1%, -12,7%, -8,8% e -12,2%[4]. Até mesmo na agropecuária mineira houve perda real de valor adicionado, de -2,3% (tab. 1).

Gráfico 1: Produto Interno Bruto: Taxas de variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Minas Gerais e Brasil – 4º trim. 2011 – 4º trim. 2015 (%)



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

Ao longo do ano foram-se sucedendo trimestres com desempenho agregado negativo na economia de Minas Gerais, não sendo possível identificar um momento em particular no qual a situação se agravou; trata-se de uma conjuntura adversa que já se manifesta no primeiro trimestre de 2015 e que persiste sem sinais de arrefecimento; no último trimestre houve variação negativa, de -1,8% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

---

[2] A principal exceção foi na atividade dos serviços imobiliários e aluguéis, que teve expansão acumulada de 1,8% no ano passado; os serviços da administração pública, incluídas a saúde e a educação públicas, apresentaram uma pequena variação positiva, de 0,1%. Apesar destas exceções, outras atividades de serviços, como o comércio, o transporte e a armazenagem de mercadorias, a intermediação financeira, os serviços de informação e comunicação, de alojamento e alimentação, etc. apresentaram contração do nível de atividade, de modo que o conjunto agregado dos serviços estaduais teve desempenho negativo em 2015.

[3] Atividades correspondentes a 63,7% do total de valor adicionado bruto gerado em Minas no ano de 2013.

[4] No conjunto, variação negativa de -9,1% na indústria, que respondeu por 30,7% do PIB estadual em 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 36
MINAS GERAIS

No caso dos serviços, houve uma concentração do ajuste no consumo das famílias e no consumo intermediário da produção de bens durante o segundo trimestre de 2015, quando houve uma retração mais intensa do nível de atividade setorial em relação ao trimestre imediatamente anterior, embora o processo de ajuste seja disseminado ao longo do ano (tab. 1 a 3).

Tabela 1: Valor Adicionado: Taxas de variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados	2013				2014				2015			
Macroeconômicos	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
PIB (preços de mercado)	1,1	0,5	0,1	0,4	3,7	0,5	-0,6	-0,8	-5,0	-4,1	-4,2	-4,9
VA (preços básicos)	1,1	0,4	0,0	0,2	3,6	0,4	-0,7	-0,9	-5,0	-4,3	-4,1	-4,8
Agropecuária	7,2	-0,7	-3,2	-0,1	12,7	-5,2	-8,8	-6,4	-14,5	-1,3	1,1	-2,3
Indústria	-2,3	-1,1	-1,0	-1,5	3,9	-0,2	-1,5	-2,6	-8,0	-7,9	-8,5	-9,1
Serviços	1,4	1,3	1,2	1,1	2,4	1,3	0,7	0,4	-2,2	-2,3	-2,6	-2,8
						BRASIL						
PIB (preços de mercado)	2,8	3,5	3,2	3,0	3,2	1,1	0,4	0,1	-2,0	-2,5	-3,2	-3,8
VA (preços básicos)	2,7	3,3	3,0	2,9	3,1	1,1	0,4	0,1	-1,7	-2,1	-2,7	-3,3
Agropecuária	21,7	15,7	9,4	8,4	6,2	2,8	2,1	2,1	5,4	3,9	2,1	1,8
Indústria	-1,6	1,4	1,9	2,2	4,6	0,8	-0,5	-0,9	-4,4	-5,1	-5,6	-6,2
Serviços	2,9	3,1	3,0	2,8	2,2	1,1	0,6	0,4	-1,4	-1,6	-2,1	-2,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

Tabela 2: Valor Adicionado: Taxas de variação no trimestre (em relação ao trimestre imediatamente anterior) na série com ajuste sazonal – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados	2013				2014				2015			
Macroeconômicos	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
PIB (preços de mercado)	-0,9	0,7	0,8	0,2	0,5	-2,4	-0,9	1,0	-2,2	-1,9	-1,4	-1,8
VA (preços básicos)	-0,9	0,7	0,8	0,1	0,6	-2,5	-0,8	1,0	-2,1	-1,7	-1,4	-1,8
Agropecuária	7,7	6,5	1,8	1,2	1,2	-15,9	0,0	23,4	-18,0	5,1	-0,7	-3,3
Indústria	-6,3	4,6	0,1	-1,0	0,0	-3,0	-0,3	-2,5	-2,2	-2,9	-3,0	-3,2
Serviços	-0,3	0,7	0,4	0,1	1,1	-1,3	-0,2	0,0	-0,8	-1,4	-0,8	-0,7
						BRASIL						
PIB (preços de mercado)	0,5	1,5	0,6	-0,2	0,6	-1,3	-0,1	0,1	-0,8	-2,1	-1,7	-1,4
VA (preços básicos)	0,4	2,0	0,2	-0,2	0,8	-1,5	0,0	0,0	-0,3	-2,1	-1,4	-1,3
Agropecuária	2,1	3,7	-1,0	-0,4	2,7	-1,6	0,7	0,8	4,7	-3,6	-3,0	2,9
Indústria	0,3	3,5	0,2	-0,7	0,8	-2,6	-0,4	0,0	-1,6	-3,5	-1,9	-1,4
Serviços	0,0	1,5	0,5	0,2	0,0	-0,7	0,2	0,1	-1,0	-1,1	-1,1	-1,4

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 36
MINAS GERAIS
Folha nº 062

No caso dos serviços, houve uma concentração do ajuste no consumo das famílias e no consumo intermediário da produção de bens durante o segundo trimestre de 2015, quando houve uma retração mais intensa do nível de atividade setorial em relação ao trimestre imediatamente anterior, embora o processo de ajuste seja disseminado ao longo do ano (tab. 1 a 3).

Tabela 1: Valor Adicionado: Taxas de variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados	2013				2014				2015			
Macroeconômicos	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
PIB (preços de mercado)	1,1	0,5	0,1	0,4	3,7	0,5	-0,6	-0,8	-5,0	-4,1	-4,2	-4,9
VA (preços básicos)	1,1	0,4	0,0	0,2	3,6	0,4	-0,7	-0,9	-5,0	-4,0	-4,1	-4,8
Agropecuária	7,2	-0,7	-3,2	-0,1	12,7	-5,2	-8,8	-6,4	-14,5	-1,3	1,1	-2,3
Indústria	-2,3	-1,1	-1,0	-1,5	3,9	-0,2	-1,5	-2,6	-8,0	-7,9	-8,5	-9,1
Serviços	1,4	1,3	1,2	1,1	2,4	1,3	0,7	0,4	-2,2	-2,3	-2,6	-2,8
						BRASIL						
PIB (preços de mercado)	2,8	3,5	3,2	3,0	3,2	1,1	0,4	0,1	-2,0	-2,5	-3,2	-3,8
VA (preços básicos)	2,7	3,3	3,0	2,9	3,1	1,1	0,4	0,1	-1,7	-2,1	-2,7	-3,3
Agropecuária	21,7	15,7	9,4	8,4	6,2	2,8	2,1	2,1	5,4	3,9	2,1	1,8
Indústria	-1,6	1,4	1,9	2,2	4,6	0,8	-0,5	-0,9	-4,4	-5,1	-5,6	-6,2
Serviços	2,9	3,1	3,0	2,8	2,2	1,1	0,6	0,4	-1,4	-1,6	-2,1	-2,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

Tabela 2: Valor Adicionado: Taxas de variação no trimestre (em relação ao trimestre imediatamente anterior) na série com ajuste sazonal – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados	2013				2014				2015			
Macroeconômicos	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
PIB (preços de mercado)	-0,9	0,7	0,8	0,2	0,5	-2,4	-0,9	1,0	-2,2	-1,9	-1,4	-1,8
VA (preços básicos)	-0,9	0,7	0,8	0,1	0,6	-2,5	-0,8	1,0	-2,1	-1,7	-1,4	-1,8
Agropecuária	7,7	6,5	1,8	1,2	1,2	-15,9	0,0	23,4	-18,0	5,1	-0,7	-3,3
Indústria	-6,3	4,6	0,1	-1,0	0,0	-3,0	-0,3	-2,5	-2,2	-2,9	-3,0	-3,2
Serviços	-0,3	0,7	0,4	0,1	1,1	-1,3	-0,2	0,0	-0,8	-1,4	-0,8	-0,7
						BRASIL						
PIB (preços de mercado)	0,5	1,5	0,6	-0,2	0,6	-1,3	-0,1	0,1	-0,8	-2,1	-1,7	-1,4
VA (preços básicos)	0,4	2,0	0,2	-0,2	0,8	-1,5	0,0	0,0	-0,3	-2,1	-1,4	-1,3
Agropecuária	2,1	3,7	-1,0	-0,4	2,7	-1,6	0,7	0,8	4,7	-3,6	-3,0	2,9
Indústria	0,3	3,5	0,2	-0,7	0,8	-2,6	-0,4	0,0	-1,6	-3,5	-1,9	-1,4
Serviços	0,0	1,5	0,5	0,2	0,0	-0,7	0,2	0,1	-1,0	-1,1	-1,1	-1,4

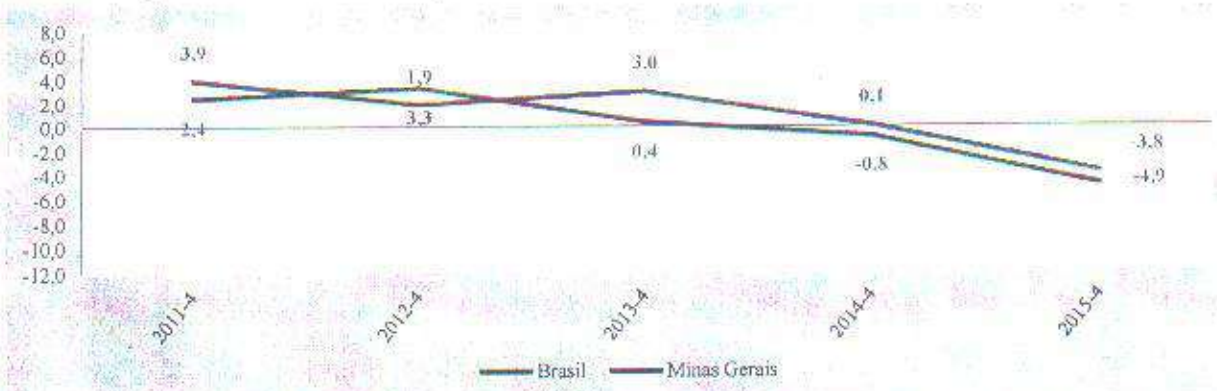
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 55
MINAS GERAIS

SÍNTESE DOS RESULTADOS: PIB TRIMESTRAL DE MINAS GERAIS

O PIB de Minas Gerais retraiu-se -4,9% em 2015 (gráf. 1), como resultado do menor nível de atividade econômica em praticamente todos os setores da economia estadual[2]. Nos serviços[3], o volume do valor adicionado setorial diminuiu -2,8%, fortemente condicionado pelo recuo do mercado interno, e em linha com o observado na economia nacional; também foram registrados decréscimos do nível de atividade na indústria de extração mineral, na indústria de transformação, na construção civil e na geração e distribuição de eletricidade e água, de respectivamente, -1,1%, -12,7%, -8,8% e -12,2%[4]. Até mesmo na agropecuária mineira houve perda real de valor adicionado, de -2,3% (tab. 1).

Gráfico 1: Produto Interno Bruto: Taxas de variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Minas Gerais e Brasil – 4º trim. 2011 – 4º trim. 2015 (%)



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

Ao longo do ano foram-se sucedendo trimestres com desempenho agregado negativo na economia de Minas Gerais, não sendo possível identificar um momento em particular no qual a situação se agravou; trata-se de uma conjuntura adversa que já se manifesta no primeiro trimestre de 2015 e que persiste sem sinais de arrefecimento; no último trimestre houve variação negativa, de -1,8% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

---

[2] A principal exceção foi na atividade dos serviços imobiliários e aluguéis, que teve expansão acumulada de 1,8% no ano passado; os serviços da administração pública, incluídas a saúde e a educação públicas, apresentaram uma pequena variação positiva, de 0,1%. Apesar destas exceções, outras atividades de serviços, como o comércio, o transporte e a armazenagem de mercadorias, a intermediação financeira, os serviços de informação e comunicação, de alojamento e alimentação, etc. apresentaram contração do nível de atividade, de modo que o conjunto agregado dos serviços estaduais teve desempenho negativo em 2015.

[3] Atividades correspondentes a 63,7% do total de valor adicionado bruto gerado em Minas no ano de 2013.

[4] No conjunto, variação negativa de -9,1% na indústria, que respondeu por 30,7% do PIB estadual em 2013.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Folha nº 063
TRIBUNAL DE CONTAS SECRETARIA 1ª CÂMARA Fls. 57 MINAS GERAIS

Tabela 3: Valor Adicionado: Taxas de variação trimestral (compara o trimestre de referência com igual trimestre do ano anterior) – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados	2013				2014				2015			
(Em %)	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
PIB (preços de mercado)	1,1	0,0	-0,6	1,1	3,7	-2,3	-2,6	-1,6	-5,0	-3,3	-4,5	-7,0
VA (preços básicos)	1,1	-0,1	-0,7	0,9	3,6	-2,4	-2,7	-1,6	-5,0	-3,1	-4,3	-6,8
Agropecuária	7,2	-3,9	-6,6	18,5	12,7	-13,1	-14,2	5,8	-14,5	6,2	5,1	-17,1
Indústria	-2,3	0,1	-0,7	-3,0	3,9	-4,1	-3,9	-5,7	-8,0	-7,8	-9,6	-10,8
Serviços	1,4	1,2	1,0	0,9	2,4	0,2	-0,4	-0,5	-2,2	-2,4	-3,0	-3,6
						BRASIL						
PIB (preços de mercado)	2,8	4,1	2,8	2,4	3,2	-0,8	-1,1	-0,7	-2,0	-3,0	-4,5	-5,9
VA (preços básicos)	2,7	3,9	2,5	2,4	3,1	-0,7	-1,0	-0,7	-1,7	-2,5	-3,8	-5,0
Agropecuária	21,7	10,3	-2,7	3,8	6,2	-0,6	0,3	2,2	5,4	2,2	-2,0	0,6
Indústria	-1,6	4,3	2,9	3,0	4,6	-2,7	-2,9	-2,1	-4,4	-5,7	-6,7	-8,0
Serviços	2,9	3,2	2,7	2,2	2,2	0,0	-0,3	-0,3	-1,4	-1,8	-2,9	-4,4

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

4º TRIMESTRE | 2015

A Fundação João Pinheiro (FJP), através do Centro de Estatística e Informações (CEI), apresenta neste relatório os resultados comentados do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais e, consequentemente, a primeira estimativa da taxa de variação real da economia mineira no ano passado[1]. O PIB trimestral de Minas Gerais é calculado pela FJP com metodologia própria e os resultados são **preliminares** e, naturalmente, sujeitos a revisão. Os cálculos são sempre revistos em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dois ajustes principais: 1) atualização da estrutura de ponderação das atividades econômicas no valor adicionado da economia do Estado; e 2) substituição de projeções ou valores preliminares nas séries de dados primários utilizados no cômputo do PIB trimestral por valores consolidados. Os procedimentos de revisão são semelhantes aos adotados pelo IBGE no que diz respeito às Contas Nacionais Trimestrais, e os resultados definitivos são divulgados usualmente com defasagem de dois anos.

[1] Em novembro de 2015, a FJP divulgou os resultados anuais do PIB de Minas Gerais e a estrutura de ponderação atualizada das atividades econômicas para o período 2010-2013, calculados em conjunto com o IBGE, seguindo as recomendações do manual de compilação das Contas Nacionais das Nações Unidas – o *System of National Accounts* (SNA) de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 38
MINAS GERAIS

Câmara Regional de Secretaria em Uberaba
Folha Nº 064

AGROPECUÁRIA

A produção da agricultura, extração vegetal e da silvicultura está sujeita a acentuadas oscilações no curto prazo, em função tanto da forte dependência a fatores climáticos quanto de significativas alterações nos preços das *commodities* agrícolas e dos insumos que compõem o consumo intermediário da atividade. No ano de 2015, a estiagem e a crise hídrica novamente afetaram o desempenho da agricultura na região sudeste, com impactos significativos em Minas Gerais[5].

Como os efeitos da seca na agricultura do estado foram mais severos que o observado no conjunto da economia brasileira, isto ajuda a explicar a diferença no resultado agregado da agropecuária do estado em relação à *performance* da atividade em âmbito nacional ao longo do ano. Enquanto em Minas Gerais houve retração de -2,3% no volume do valor adicionado da agropecuária em 2015 comparativamente a 2014, no Brasil houve acréscimo de 1,8% na mesma base de comparação. Em Minas Gerais os resultados foram desfavoráveis nos três subsetores que compõem a atividade agropecuária: a agricultura, a pecuária e a extração vegetal e silvicultura. No Brasil, apesar dos resultados também desfavoráveis no comportamento da pecuária e da produção florestal, o desempenho da agricultura sustentou a taxa positiva da agropecuária nacional[6].

A diferença de desempenho entre o comportamento da agricultura mineira e nacional em 2015 pode ser visualizada na análise das principais safras com peso na economia do estado: o café e a cana-de-açúcar[7]. Como a projeção para ambas as culturas são de retração para o estado em 2015 de, respectivamente, -1,4% e -2,9% entende-se o motivo da queda da agropecuária em Minas Gerais. No Brasil, apesar da produção de café projetada para 2015 ter retraído mais do que a observada para a economia mineira (-5,7%) por conta da abrupta queda na produção do café *canephora* no Espírito Santo, o acréscimo na produção de cana-de-açúcar nacional estimado para 2015 foi de 2,4% (tab. 5). É importante salientar que o peso do café no valor de produção da

---

[5] "A agropecuária, que sofre os efeitos diretos das mudanças climáticas, é um dos primeiros setores a sentir o baque da falta de chuva. O café e o leite, dois dos principais esteios da economia do estado, se curvaram à seca. A estiagem foi tanta que o Sul de Minas, região propícia para o cultivo do grão e onde estão os maiores cafeicultores mineiros, começa a conviver com problemas típicos do Norte do estado. A pastagem prejudicada e a desaceleração da demanda impactaram a produção de leite em Minas". Ver reportagem: AYER, Flávia; CASTRO, Marinella. "Seca prolongada traz prejuízos para agropecuária, indústria e serviços", edição de: 01/11/2015, Estado de Minas.

[6] Ver Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais, Outubro/Dezembro 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201504caderno.pdf>. Acesso em: 21/03/2016.

[7] O café e a cana-de-açúcar juntos representam quase 50% do Valor de Produção da pauta agrícola mineira.

RS	BOA VISTA DO INCRA	12131855000112001	100.000,00	31730012	10301201585810043
RS	CIDREIRA	90256686000112002	100.000,00	28610001	10301201585810043
RS	CIDREIRA	13417345000112001	100.000,00	20230004	10301201585810043
RS	PAVERAMA	91693317000112002	100.000,00	28930004	10301201585810043
RS	PORTAO	87344016000112003	180.000,00	34030014	10301201585810043
RS	SANTO AUGUSTO	87613105000112002	100.000,00	28620019	10301201585810043
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	88370879000112001	180.000,00	28670005	10301201585810043
RS	SAO VENDELINO	91984492000112001	100.000,00	28610001	10301201585810043
RS	SELBACH	87613501000112001	100.000,00	28640010	10301201585810043
RS	TAPERA	87613493000112001	80.000,00	28690004	10301201585810043
RS	TAQUARA	97761407000112002	100.000,00	28690004	10301201585810043
RS	WESTFALIA	04215147000112001	80.000,00	28690004	10301201585810043
SC	FAXINAL DOS GUEDES	83009910000112003	180.000,00	28550004	10301201585810042
SP	MERIDIANO	45116092000112001	100.000,00	90410020	10301201585810035
SP	VALENTIM GENTIL	46599833000212002	100.000,00	90410020	10301201585810035

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA 1ª CAMARA
Fls. 53
MINAS GERAIS

Folha Nº 039

Tribunal de Contas
Secretaria Geral
Fls. 59
Rubrica

agricultura brasileira é menor do que na estrutura agrícola mineira, o que implica dizer que a cafeicultura exerce uma influência maior no resultado agregado em Minas Gerais.

Além do café e da cana-de-açúcar, outras duas culturas com peso na agricultura do estado ajudam a explicar a diferença de desempenho entre a agricultura mineira e nacional: o milho e o feijão.[8] De fato, enquanto em Minas Gerais a quantidade produzida de milho em grão reduziu -1,8% em 2015 por conta da forte redução na primeira safra do milho, em âmbito nacional projetou-se expansão de 7,3% na totalidade da safra de milho por causa do peso e do desempenho favorável da segunda safra do grão. No caso do feijão, houve retração da produção tanto em Minas Gerais quanto na economia nacional. Porém, a queda observada no estado (-11,1%) foi mais acentuada que a constatada para a economia brasileira (-5,7%), o que também ajuda a entender a inflexão da agricultura mineira em 2015 (tab. 4).

Ainda em relação à análise comparativa da agricultura brasileira com a mineira em 2015, pode-se afirmar que a projeção de safra de duas culturas com peso na pauta agrícola nacional e que apresentaram incrementos na produção foram decisivos para explicar a diferença anual na taxa de variação no volume de valor agregado da agropecuária, positiva na média brasileira e negativa em âmbito estadual: o arroz (expansão de 1,1% na produção nacional contra uma inflexão de -36,5% na quantidade estadual) e a soja – um dos principais produtos da pauta agrícola nacional – com previsão positiva de 11,9% no Brasil e expansão mais modesta em Minas Gerais (5,3%). Nessa mesma linha de raciocínio – produtos com peso na pauta agrícola nacional –, a variação de safra da cultura de algodão herbáceo também ajuda a entender a diferença de desempenho entre a agricultura mineira e nacional, já que a retração da produção no estado (-6,7%) foi mais acentuada que em âmbito nacional (-2,7%).

Portanto, dos seis principais tratos culturais da agricultura mineira em termos de participação no valor de produção agrícola (nessa ordem) – café, cana-de-açúcar, soja, milho, batata-inglesa e feijão –, apenas a soja (5,3%) e a batata-inglesa (1,0%) apresentaram expansão da quantidade produzida em 2015.

---

[8] O milho e o feijão em grão juntos representam quase 15% do Valor de Produção da pauta agrícola mineira.

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 52
MINAS GERAIS

Folha nº 058

		001				
RS	VENANCIO AIRES	8733491 8000112 001	1	200.000,00	31950003	10301201585810043
RS	VENANCIO AIRES	8733491 8000112 002	1	200.000,00	31950003	10301201585810043
RS	VENANCIO AIRES	8733491 8000112 003	1	200.000,00	31950003	10301201585810043
SC	ICARA	8291680 0000112 001	1	200.000,00	19730007	10301201585810042
SC	SOMBRIO	8296321 6000112 001	1	200.000,00	19730007	10301201585810042
SC	TIMBO	8310276 4000112 001	1	200.000,00	32420013	10301201585810042
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	5535665 3000112 002	1	200.000,00	36200003	10301201585810035

ANEXO II

MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DOS POLOS DA ACADEMIA DA SAÚDE.

UF	MUNICIPIO	NU_SUBPROJETO	VALOR (R$)	CÓD. EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	SAO GOTARDO	186020370001 12004	100.000,00	27570003	10301201585810031
MS	ITAQUIRAI	154030410001 12001	80.000,00	14450001	10301201585810054
PB	BORBOREMA	090704000001 12001	100.000,00	27160002	10301201585810025
PB	ITAPORANGA	111745520001 12001	80.000,00	12770001	10301201585810096
PB	JOCA CLAUDINO	016132830001 12002	100.000,00	27160002	10301201585810025
PB	MALTA	124601360001 12001	80.000,00	12770001	10301201585810096
PB	OURO VELHO	113484100001 12001	100.000,00	271200 11	10301201585810025
PB	PILOES	120448680001 12002	80.000,00	28960001	10301201585810025
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	137708020001 12001	100.000,00	27090005	10301201585810022
RJ	DUQUE DE CAXIAS	291383280001 12003	180.000,00	13080002	1030120158581 0112
RJ	DUQUE DE CAXIAS	291383280001 12004	180.000,00	13080002	1030120158581 0112
RJ	DUQUE DE CAXIAS	291383280001 12005	180.000,00	13080002	1030120158581 0112
RJ	DUQUE DE CAXIAS	291383280001 12009	180.000,00	27780001	1030120158581 0112
RJ	ITALVA	304171580001 12001	180.000,00	25030006	1030120158581 1832
RS	BOA VISTA DO BURICA	876128670001 12001	100.000,00	28620019	10301201585810043

Tabela 4: Previsão[1] de safra agrícola por produto – Minas Gerais e Brasil – 2015

Produto (Toneladas)	Brasil e Unidade da Federação			
	Brasil		Minas Gerais	
	Safra 2015	Variação (%)	Safra 2015	Variação (%)
Abacaxi [2]	1767267	0,2	263133	7,0
Algodão herbáceo	4123335	-2,7	67588	-6,7
Alho	116764	24,5	36025	70,1
Amendoim (1ª Safra)	329929	-10,2	8994	-2,0
Arroz	12312315	1,1	24568	-36,5
Banana	7012901	1,0	795925	11,9
Batata Total	3659448	-0,8	1212922	1,0
Batata - inglesa (1ª Safra)	1722226	-1,2	553645	13,1
Batata - inglesa (2ª Safra)	1120922	-2,0	358357	-11,6
Batata - inglesa (3ª Safra)	816300	1,6	300920	-1,4
Café Total	2645500	-5,7	1345834	-1,4
Café arábica	1990387	-1,1	1325471	-1,6
Café *canephora*	655113	-17,3	20363	13,8
Cana-de-açúcar	754948452	2,4	69000135	-2,9
Cebola	1461580	-11,2	195528	14,0
Coco-da-baía [2]	1790736	-8,0	36328	-20,2
Feijão Total	3107910	-5,7	509452	-11,1
Feijão (1ª Safra)	1342113	-4,5	162001	-20,0
Feijão (2ª Safra)	1304751	-7,9	157402	-4,8
Feijão (3ª Safra)	461046	-2,4	190049	-7,4
Girassol	154158	-2,8	21257	27,0
Laranja	16273634	-3,9	987363	5,0
Mamona	76345	103,1	170	-84,8
Mandioca	22756807	-2,1	851846	0,0
Milho Total	85707795	7,3	6839297	-1,8
Milho (1ª Safra)	29469353	-4,8	5430911	-5,7
Milho (2ª Safra)	56238442	15,0	1408386	16,9
Soja	97043704	11,9	3524055	5,3
Sorgo	2116467	-7,1	521034	2,9
Tomate	3686816	-14,3	715890	6,1
Trigo	5425856	-13,4	245214	20,1
Uva	1507419	3,7	12615	9,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA).

Notas: (1) Previsão de safra em dezembro/2015.
(2) Unidade de medida em mil frutos.

Com relação à produção mineira na silvicultura e extração vegetal, pode-se dizer que o nível de atividade do segmento é fortemente articulado com as cadeias produtivas locais da metalurgia e da produção de celulose e papel na indústria de transformação, uma vez que a produção florestal é insumo dessas atividades. Como a produção industrial mineira de celulose e

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 51
MINAS GERAIS

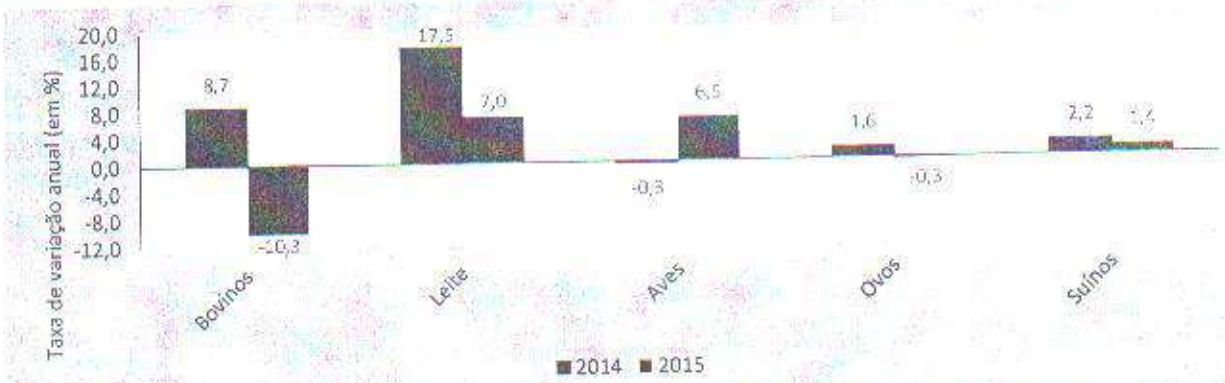
		007				
AC	CRUZEIRO DO SUL	0401254 8000112 008	1	200.000,00	11810019	10301201585810616
AL	FELIZ DESERTO	1175985 4000112 001	1	200.000,00	25790008	10301201585810027
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	1125292 8000112 002	1	200.000,00	22890005	10301201585810027
BA	BARRA DO MENDES	1370223 8000112 001	1	200.000,00	32620008	10301201585810029
BA	BARRA DO MENDES	1166219 1000112 001	1	200.000,00	12700005	10301201585810029
ES	AFONSO CLAUDIO	2716556 2000112 001	1	200.000,00	27730003	10301201585810372
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	3172349 7000112 003	1	200.000,00	13010004	10301201585810032
MA	BREJO DE AREIA	1389873 0000112 002	1	200.000,00	26940005	10301201585810021
MA	SAO VICENTE FERRER	1170018 3000112 002	1	200.000,00	2113000 7	10301201585810021
MA	SAO VICENTE FERRER	1170018 3000112 003	1	200.000,00	2113000 7	10301201585810021
MG	SANTANA DA VARGEM	1824518 3000112 003	1	200.000,00	27540009	10301201585810031
PA	GOIANESIA DO PARA	8321143 3000112 002	1	200.000,00	31880006	10301201585810015
PA	MAGALHAES BARATA	1371195 5000112 001	1	200.000,00	31880006	10301201585810015
PA	OEIRAS DO PARA	1252751 6000112 002	1	200.000,00	34910009	10301201585810015
PA	SENADOR JOSE PORFIRIO	0542111 0 0001120 01	1	200.000,00	34910009	10301201585810015
PR	CORONEL VIVIDA	0890653 3000112 001	1	200.000,00	19680007	10301201585810041
RJ	APERIBE	3628890 0000112 001	1	200.000,00	25020004	10301201585811458
RR	NORMANDIA	0405622 2000112 003	1	200.000,00	23700010	10301201585810014
RR	PACARAIMA	0161267 5000112 001	1	200.000,00	26720006	10301201585810014
RS	ENCANTADO	8834923 8000112	1	200.000,00	25650003	10301201585810043

Folha Nº 067
TRIBUNAL DE CONTAS SECRETARIA 1ª CÂMARA Fls. 61

papel recuou -8,6% em 2015 comparativamente a 2014 e a metalurgia apresentou retração de -4,5% na mesma base de referência, a previsão é de queda do valor adicionado gerado nas atividades de produção florestal no estado a montante destes segmentos.

Na pecuária, não estão publicadas projeções atualizadas para a evolução dos efetivos em âmbito estadual para o ano de 2015, dado a defasagem de divulgação da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) pelo IBGE. Entretanto, o CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da Esalq/USP projetou para Minas Gerais (sob parceria da SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da FAEMG – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais) as seguintes taxas de variação real em 2014 e 2015[9], respectivamente: 8,7% e -10,3% (bovinos); 17,5% e 7,0% (leite); -0,3% e 6,5% (aves); 1,6% e -0,3% (ovos); 2,2% e 1,4% (suínos) (gráf. 2).

Gráfico 2: Taxas de variação real no ano (%) – Minas Gerais – 2014-2015



Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). Dados de 2015 publicados no último relatório disponível (http://cepea.esalq.usp.br/pibmg/files/2015/01Ago.pdf, acesso em 18/03/16); dados de 2014 publicados no último relatório do ano de 2014 (http://www.cepea.esalq.usp.br/pibmg/files/2014/01JanDez.pdf, acesso em 25/03/15).

Tudo indica que as projeções para o comportamento da bovinocultura leiteira pelo CEPEA estão bastante otimistas para o fechamento do ano de 2015.[10] As informações da Pesquisa Trimestral do Leite, por exemplo, apontam uma retração na quantidade de leite adquirido no acumulado de 2015 em relação a 2014 (dados de janeiro a dezembro) de -2,3% em Minas Gerais[11]. Portanto, as projeções dos institutos produtores de estatísticas para o comportamento da pecuária mineira indicam um desempenho mais modesto da atividade em 2015 vis-à-vis a 2014, com exceção do segmento de avicultura de corte.

---

[9] Dados de 2015 publicados no último relatório disponível para o ano (relatório de agosto).
[10] Em relação à projeção do CEPEA anterior para 2015, a bovinocultura leiteira de Minas Gerais já teve seu crescimento real revisto de 18,5% para 7,0%.
[11] No Brasil, a retração na mesma base de comparação foi de -2,8%.

ADVERTÊNCIA
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da União

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 100
MINAS GERAIS

Folha nº 056

Ministério da Saúde
Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.213, DE 13 DE JUNHO DE 2012

Habilita municípios a receberem recursos referentes ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família e o Incentivo para construção dos Polos da Academia da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/ GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 2.226/ GM/MS, de 18 de setembro de 2009, republicada em 20 de novembro de 2009, que institui no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família;

Considerando a Portaria nº 1.401/GM/MS, de 15 de junho de 2011 que institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Incentivo para construção de Polos da Academia da Saúde, resolve:

Art. 1º Habilitar os municípios descritos no Anexo I a receberem recursos referentes ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família.

Art. 2º Habilitar os municípios descritos no Anexo II a receberem recursos referentes ao Incentivo para construção de Polos da Academia da Saúde.

Art. 3º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência do recurso financeiro de investimento estabelecido no art. 7º da Portaria nº 2.226/GM/MS, de 18 de setembro de 2009, republicada em 20 de novembro de 2009 e art. 7º da Portaria nº 1.401/GM/MS, de 15 de junho de 2011 para os Fundos Municipais de Saúde ou Fundo de Saúde do Distrito Federal.

Art. 4º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma dos Anexos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

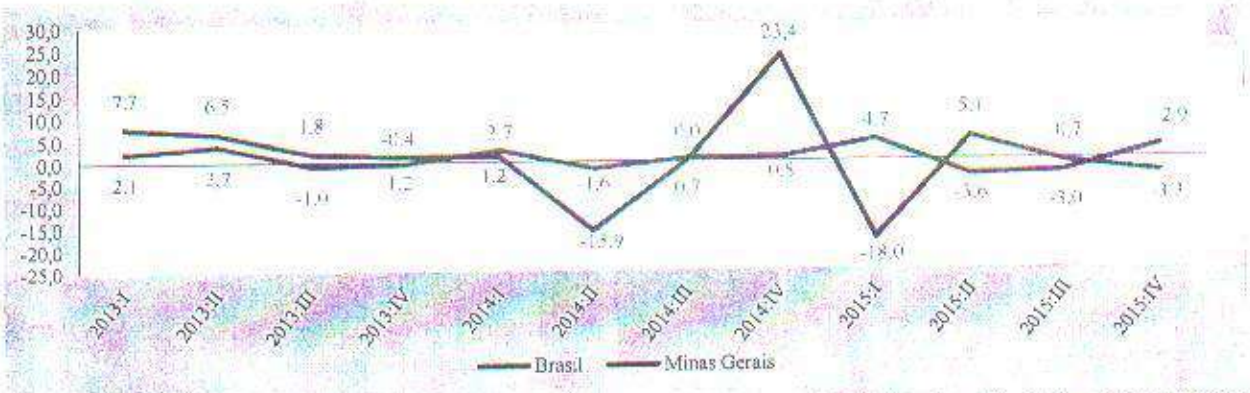
MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO DE IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

UF	MUNICIPIO	NU_SUB PROJETO	ESF	VALOR (R$)	CÓD. EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	CRUZEIRO DO SUL	0401254 8000112 006	1	200.000,00	1181001 9	10301201585810616
AC	CRUZEIRO DO SUL	0401254 8000112	1	200.000,00	1181001 9	10301201585810616

Fls. 62
068

Especificamente no que se refere ao comportamento da agropecuária no quarto trimestre de 2015, registrou-se uma retração de -3,3% no volume do valor adicionado agropecuário mineiro em relação ao trimestre imediatamente anterior (série com ajuste sazonal). No conjunto da economia nacional, o IBGE estimou uma taxa de variação positiva, de 2,9%, na mesma base de comparação (gráf. 3).

Gráfico 3: Valor Adicionado na Agropecuária: Taxas de variação no trimestre (em relação ao trimestre imediatamente anterior) na série com ajuste sazonal – Minas Gerais e Brasil – – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

Na agricultura, as lavouras que tiveram uma proporção de safra em Minas colhida no quarto trimestre foram: o alho e o algodão herbáceo (40%); a terceira safra da batata-inglesa e a uva (35%); a terceira safra de feijão e a cebola (30%); o trigo, o abacaxi e o coco-da-baía (25%); a banana (20%); a laranja (17%); o sorgo e a cana-de-açúcar (15%); o tomate (10%); a mandioca (9%); o café arábica (7%) e a segunda safra do milho (5%) (gráf. 4).

Destas culturas, ajudam a explicar a retração do valor adicionado agropecuário estadual no quarto trimestre em relação aos três meses anteriores, a previsão de safra negativa para alguns dos tratos com peso na estrutura agrícola mineira e/ou importância no último trimestre do ano: o algodão herbáceo, a terceira safra da batata-inglesa e do feijão, o coco-da-baía, a cana-de-açúcar e o restante do café arábica colhido.

XXI - Não considerar os valores transferidos no cômputo dos 25% (vinte e cinco por cento) de impostos e transferências devidos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal;

XXII - Emitir o(s) termo(s) de aceitação definitiva da(s) obra(s), ao final da execução dos recursos, remetendo cópia autenticada do(s) mesmo(s) à DIRPE/FNDE para a emissão do(s) termo(s) de conclusão da(s) obra(s) e consolidação deste Termo de Compromisso;

XXIII - Prestar contas ao FNDE/MEC dos recursos recebidos, no prazo e nas condições estipuladas nos artigos 29 e 30 da Resolução CD/FNDE Nº 13/2011;

XXIV - Manter em seu poder, à disposição do FNDE/MEC, da SEB/MEC, dos órgãos de controle interno e externo e do Ministério Público, os comprovantes das despesas efetuadas à conta do Programa, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a que se refere o exercício do repasse dos recursos, a qual será divulgada no sítio eletrônico www.fnde.gov.br;

XXV - Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Compromisso, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;

XXVI - Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Compromisso.

Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Declaro, em complementação, que o município cumpre com as exigências do art. 169 da Constituição Federal que trata dos limites de despesa com pessoal e, que os recursos próprios de responsabilidade do Município estão assegurados, conforme a Lei Orgânica Municipal.

Brasília/DF, ___ de _____ de _____.

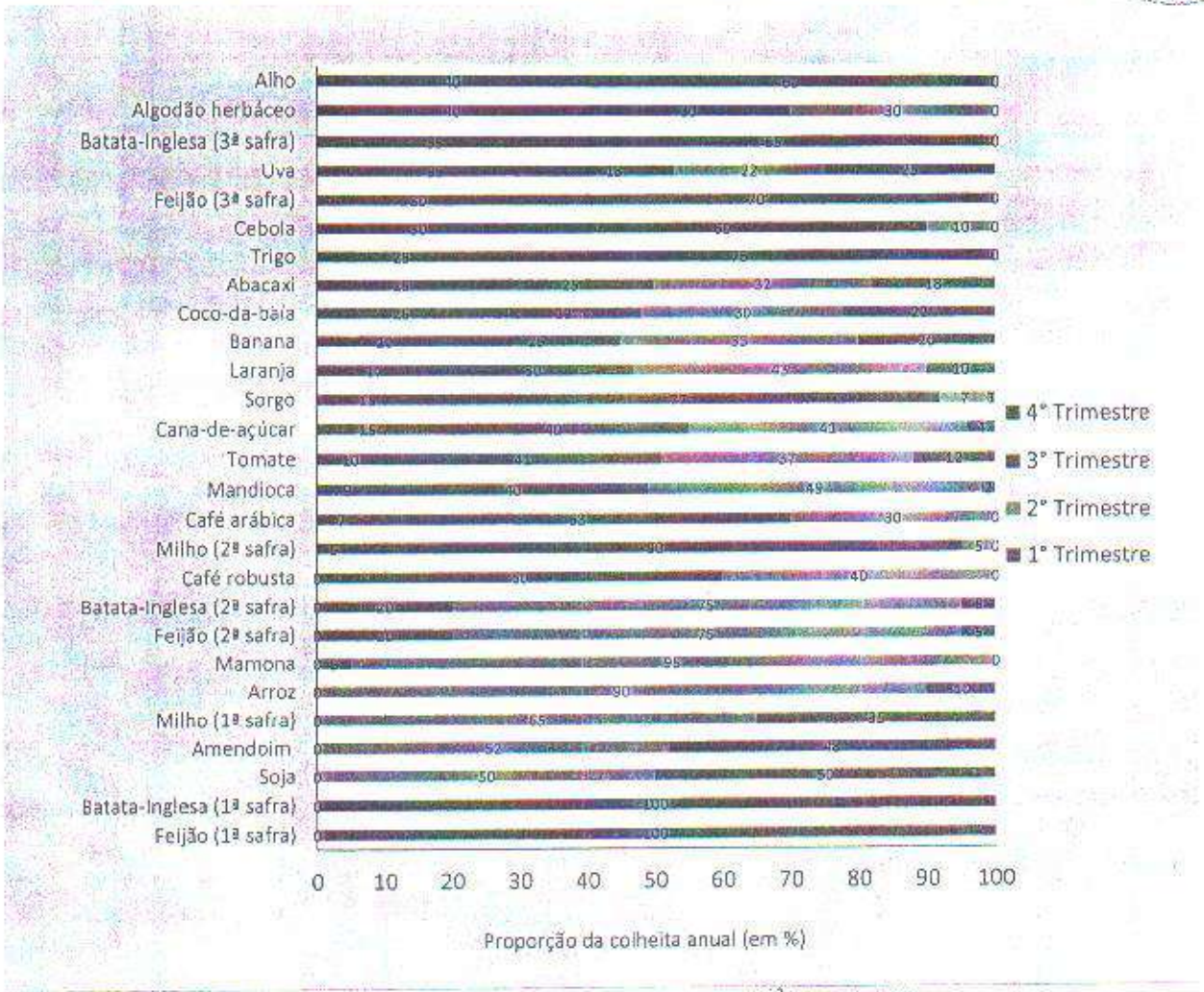
VITOR DONIZETTI SIQUEIRA
PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM/MG

VALIDAÇÃO ELETRÔNICA DO DOCUMENTO

Validado pelo(a) Prefeito(a) VITOR DONIZETTI SIQUEIRA - CPF: 538.512.266-15 em 27/11/2015

Requerimento Mínimo de Sanfonamento nº 069 R
SECRETARIA 1ª CÂMARA Fls. 63 R MINAS GERAIS

Gráfico 4: Proporção da safra colhida (%) no trimestre de referência – Minas Gerais – 2015



Fonte: Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias de Minas Gerais[12] (GCEA-MG).

[12] Coordenado pelo Escritório Regional do IBGE em Minas Gerais, participam do Grupo as seguintes instituições: CEASA-MG, CONAB, EMATER, EPAMIG, FAEMG, FJP, IMA, Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, e SEAPA. Percentual de safra colhido até o encerramento do terceiro trimestre de 2015 (Levantamento Sistemático de Produção Agrícola – LSPA – dezembro de 2015).

SINAPI poderão ser praticados preços específicos, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle internos e externos;

TRIBUNAL DE CONTAS SECRETARIA CÂMARA Fls. 48 MINAS GERAIS

XIII - Cientificar mensalmente o FNDE/MEC sobre a aplicação dos recursos e a consecução do objeto conforme o previsto, por meio do preenchimento dos dados e informações sobre a(s) obra(s) no Módulo de Monitoramento de Obras do SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação), no endereço eletrônico http://simec.mec.gov.br, utilizando para tanto a senha do Plano de Ações Articuladas (PAR), fornecida pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC);

XIV - Assegurar e destacar obrigatoriamente a participação do Governo Federal e do FNDE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto pactuado acima, obedecendo ao modelo-padrão estabelecido, bem como apor a marca do Governo Federal em placas, cartazes, faixas e painéis de identificação da(s) obra(s) custeada(s) com os recursos transferidos à conta do Programa, obedecendo ao que está disposto na Instrução Normativa nº 2, de 12 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República;

XV - Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Termo de Compromisso, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;

XVI - Facilitar a supervisão e a fiscalização do FNDE/MEC, permitindo-lhe efetuar acompanhamento no local e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos;

XVII - Permitir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Secretaria Federal de Controle – SFC/MF, Delegacia Federal de Controle – DFC ou sua representação no Estado, Secretaria de Controle Interno – CISET) e da Auditoria do FNDE, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos administrativos e aos registros dos fatos relacionados direta ou indiretamente com o objeto pactuado no Termo de Compromisso (Anexo I), bem como às obras e serviços a ele referidas, colaborando na obtenção de dados e de informações junto à comunidade local sobre os benefícios advindos da implantação do(s) projeto(s), quando em missão de fiscalização e auditoria;

XVIII - Apresentar ao FNDE/MEC ou a seu(s) representante(s) legalmente constituído(s) o original ou a cópia autenticada de todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos transferidos à conta do Programa, a qualquer tempo e a critério daquela Autarquia Federal;

XIX - Prestar todo e qualquer esclarecimento sobre a execução física e financeira do Programa, sempre que solicitado pelo FNDE/MEC, pela SEB/MEC, por órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público ou por órgão ou entidade com delegação para esse fim;

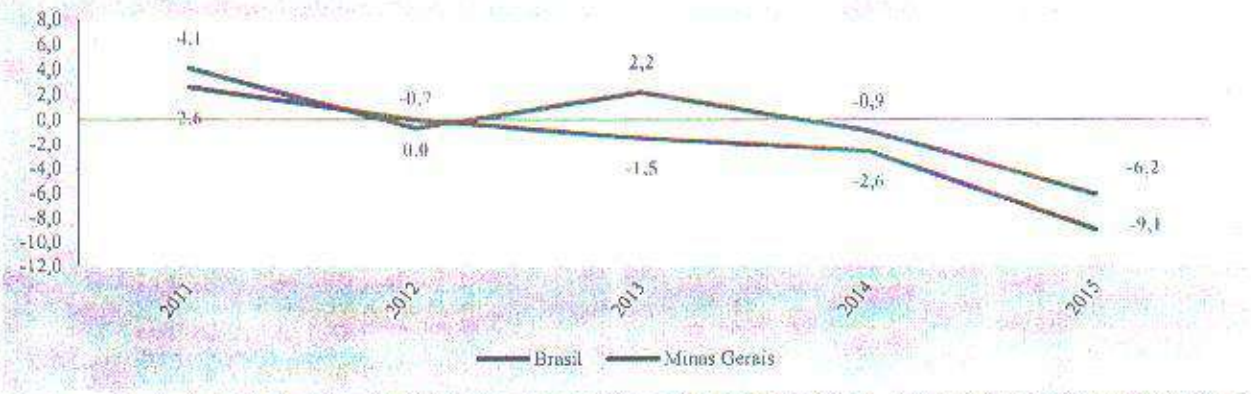
XX - Incluir no orçamento anual do Município, ou do estado, os recursos recebidos para execução do objeto deste Termo de Compromisso, nos termos estabelecidos no § 1º, do art. 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
FLS. 69
MINAS GERAIS

INDÚSTRIA

O Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais recuou -4,9% na comparação de 2015 com o ano com o anterior. Em boa medida, a redução do nível de atividade em Minas Gerais ocorreu em função do setor industrial, que decresceu -9,1% (gráf. 5). A indústria é a atividade mais afetada pelo cenário político e econômico, as incertezas vivenciadas por famílias e empresas levaram a uma diminuição do consumo e declínio dos investimentos em Minas Gerais e no Brasil. No cenário nacional a retração industrial é menos severa, atingindo -6,2%.

Gráfico 5: Valor Adicionado na Indústria: Taxas de variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Minas Gerais e Brasil – 4º trim. 2011 – 4º trim. 2015 (%)



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

A queda apresentada pela atividade industrial em Minas Gerais foi percebida em todos os quatro subsetores da indústria, a saber: indústria de transformação (-12,7%), energia e saneamento (-12,2%), construção civil (-8,8%) e extrativa mineral (-1,1%). No Brasil os subsetores industriais foram menos afetados pela atual conjuntura, vale destacar o resultado positivo do subsetor de extração mineral (4,9%), conforme se observa na Tabela 5.

A indústria mineira também apresenta resultados negativos quando se analisa a taxa deste trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior, -3,2% (tab. 6) e em relação a igual trimestre do ano anterior, -10,8% (tab. 7).

Processo nº 053 Fls. 47

V - Responsabilizar-se, com recursos próprios, por obras e serviços de terraplenagem e contenções, infraestrutura de redes (água potável, esgotamento sanitário, energia elétrica e telefonia), bem como por todos os serviços necessários à implantação do(s) empreendimento(s) no(s) terreno(s) tecnicamente aprovado(s), uma vez que os valores a serem repassados pelo FNDE/MEC referem-se exclusivamente aos serviços de engenharia constantes nas planilhas orçamentárias do(s) projeto(s) pactuado(s) e aprovado(s);

VI - Garantir, com recursos próprios, a conclusão da(s) obra(s) acima pactuada(s) e sua entrega à população, no caso de os valores transferidos se revelarem insuficientes para cobrir todas as despesas relativas à implantação;

VII - Indicar agência do Banco do Brasil S/A onde deverão ser depositados os recursos referentes à construção da(s) obra(s) pactuada(s) neste Termo de Compromisso, visando à abertura de conta corrente específica pelo FNDE/MEC, a qual estará isenta do pagamento de taxas e tarifas bancárias, em conformidade com o Acordo de Cooperação Mútua celebrado com o FNDE, disponível no sítio: www.fnde.gov.br;

VIII - Providenciar a regularização da referida conta corrente na agência indicada, procedendo à entrega e à chancela dos documentos necessários à sua movimentação, de acordo com as normas bancárias vigentes, outorgando ao FNDE/MEC a condição de, sempre que necessário, obter junto ao banco os saldos e extratos da referida conta, inclusive os das aplicações financeiras, bem como o direito de solicitar seu encerramento, bloqueio, estorno ou transferência de valores, nos casos estipulados na Resolução CD/FNDE Nº 69/2011, de que este Termo de Compromisso constitui anexo;

IX - Responsabilizar-se pelo acompanhamento das transferências financeiras efetuadas pelo FNDE, de forma a garantir a aplicação tempestiva dos recursos creditados a seu favor.

X - Aplicar os recursos recebidos, enquanto não forem utilizados em sua finalidade, obrigatoriamente em caderneta de poupança, aberta especificamente para o Programa, quando a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou aplicá-los em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, se a sua utilização ocorrer em prazo inferior a um mês. Responsabilizar-se ainda por efetivar a aplicação financeira vinculada à mesma conta corrente na qual os recursos financeiros foram creditados pelo FNDE/MEC, inclusive quando se tratar de caderneta de poupança, cuja aplicação poderá se dar mediante vinculação do correspondente número de operação à conta já existente.

XI - Destinar os rendimentos das aplicações financeiras exclusivamente às ações do presente Termo de Compromisso, incluindo-os nas mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, devendo tais rendimentos ser obrigatoriamente computados a crédito da conta corrente específica;

XII - Realizar licitações para as contratações necessárias à execução da(s) obra(s) acima pactuadas, obedecendo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e observar que os preços unitários de materiais e serviços utilizados não sejam superiores à mediana daqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal. Em condições especiais, devidamente justificadas em Relatório Técnico circunstanciado, aprovado pela Diretoria de Programas e Projetos Educacionais (DIRPE/FNDE), exclusivamente para itens não disponíveis no

Processo Número: 1º Período Nº 071
Fls. 65
SECRETARIA 1ª CÂMARA
TRIBUNAL DE CONTAS MINAS GERAIS

Tabela 5: Valor Adicionado na Indústria: Taxas de variação acumulada no ano (em relação mesmo período do ano anterior) – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados Macroeconômicos	2013				2014				2015			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
Indústria (Total)	-2,3	-1,1	-1,0	-1,5	3,9	-0,2	-1,5	-2,6	-8,0	-7,9	-8,5	-9,1
Ind. Extrativa Mineral	-5,7	-5,2	-4,5	-5,1	11,1	6,1	4,2	2,0	-3,2	0,8	0,8	-1,1
Ind. de Transformação	-0,6	1,5	0,9	-0,2	1,1	-3,2	-4,0	-4,5	-9,9	-11,1	-12,1	-12,7
Construção Civil	4,6	4,8	4,5	3,9	-0,8	-3,3	-3,9	-4,5	-6,9	-8,0	-8,4	-8,8
Energia e Saneamento	-17,5	-16,4	-13,8	-11,6	13,5	6,8	2,1	-0,4	-14,1	-14,4	-14,3	-12,2
						BRASIL						
Indústria (Total)	-1,6	1,4	1,9	2,2	4,6	0,8	-0,5	-0,9	-4,4	-5,1	-5,6	-6,2
Ind. Extrativa Mineral	-8,2	-5,7	-3,9	-3,0	6,2	6,8	7,9	8,6	12,5	10,3	8,1	4,9
Ind. de Transformação	-0,3	2,8	3,0	3,0	1,8	-2,5	-3,1	-3,9	-7,3	-7,7	-9,0	-9,7
Construção Civil	1,0	4,4	4,8	4,5	9,0	3,4	-0,5	-0,9	-8,3	-9,4	-8,4	-7,6
Energia e Saneamento	-2,9	-0,4	-0,3	1,6	4,9	0,3	-2,0	-2,6	-6,6	-4,2	-2,3	-1,4

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

Ao analisarmos o subsetor de extração mineral devemos considerar a composição diferenciada da indústria extrativa mineral de Minas Gerais e do Brasil – a indústria mineira é predominantemente vinculada à extração de minério de ferro e a brasileira tem grande representação da extração de petróleo – e a desvalorização cambial ocorrida ao longo do ano de 2015, que contribuiu para o aumento das exportações de *commodities*.

Tabela 6: Valor Adicionado na Indústria: Taxas de variação no trimestre (em relação ao trimestre imediatamente anterior) na série com ajuste sazonal – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados Macroeconômicos	2013				2014				2015			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
Indústria (Total)	-6,3	4,6	0,1	-1,0	0,0	-3,0	-0,3	-2,5	-2,2	-2,9	-3,0	-3,2
Ind. Extrativa Mineral	-13,9	2,3	4,5	1,4	1,6	-5,7	3,9	-3,6	2,4	2,2	-0,1	10,7
Ind. de Transformação	-4,4	5,7	-2,0	-2,5	0,0	-2,4	-1,2	-2,6	-3,4	-5,3	-4,3	-2,7
Construção Civil	2,1	1,0	-0,4	-0,8	-1,8	-1,6	-1,1	-2,0	-1,8	-4,8	1,2	-2,8
Energia e Saneamento	-15,5	4,3	6,2	0,3	0,4	-4,4	-2,2	-2,2	-6,5	-3,1	-2,4	5,1
						BRASIL						
Indústria (Total)	0,3	3,5	0,2	-0,7	0,8	-2,6	-0,4	0,0	-1,6	-3,5	-1,9	-1,4
Ind. Extrativa Mineral	-4,2	2,1	1,1	1,0	1,5	3,6	3,7	1,5	2,7	0,0	0,0	6,6
Ind. de Transformação	0,5	4,2	-0,8	-0,8	-1,2	-3,6	1,0	-2,3	-2,3	-4,4	-3,7	-2,5
Construção Civil	1,6	5,2	1,3	-4,4	5,9	-3,7	-4,6	0,1	-0,9	-5,0	-0,2	0,4
Energia e Saneamento	4,3	1,8	1,3	0,0	1,6	-6,4	-1,7	2,1	-0,5	-1,2	1,3	1,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) – Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Contas Nacionais Trimestrais.

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA DA CÂMARA
Fls. 46
MINAS GERAIS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PRIMEIRA REFORMULAÃ‡Ãƒo AO TERMO DE COMPROMISSO PAC2 9544/2014

A Prefeitura Municipal de **SANTANA DA VARGEM(MG)**, com sede na **PRAÇA PADRE JOAO MACIEL NEIVA /CENTRO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° **18245183000170**, representada pelo(a) prefeito(a) **VITOR DONIZETTI SIQUEIRA**, brasileiro(a), portador(a) da carteira de identidade n° **M-4.118.174** e do CPF n° **53851226615**, residente e domiciliado(a) no estado de **Minas Gerais**, considerando o que dispõe a Lei n° 11.578, de 26 de novembro de 2007, compromete-se a executar as ações relativas à Coberturas, no âmbito do PAC 2, de acordo com as especificações do(s) projeto(s) fornecido(s) ou aprovado(s) pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e em conformidade com os requisitos da lei supramencionada e demais condicionantes, a seguir descritas:

I – Executar todas as atividades inerentes à construção de 1 (uma) cobertura(s) de quadra(s) esportiva(s) escolar(es), situada(s) em:

1)
64339 - PAC 2 - Cobertura de Quadra Escolar
001/2013
Rua Domingos Vieira de Lima
Cobertura de Quadra Escolar - Projeto Próprio R$ 166.614,56

II - Executar os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no âmbito do PAC 2 em estrito acordo com os projetos executivos fornecidos ou aprovados pelo FNDE/MEC (desenhos técnicos, memoriais descritivos e especificações), observando os critérios de qualidade técnica que atendam as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como os prazos e os custos previstos;

III - Utilizar os recursos financeiros transferidos pelo FNDE/MEC exclusivamente no cumprimento do objeto pactuado; responsabilizando-se para que a movimentação dos recursos ocorra somente para o pagamento das despesas previstas neste Termo de Compromisso ou para aplicação financeira, devendo a movimentação realizar-se, exclusivamente, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, Transferência Eletrônica de Disponibilidade (TED) ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil em que fique identificada a destinação e, no caso de pagamento, o credor;

IV - Nomear profissional devidamente habilitado, da área de engenharia civil ou arquitetura, para exercer as funções de fiscalização da(s) obra(s), com emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA);

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 66
MINAS GERAIS

O desempenho do setor de extração mineral em Minas Gerais foi influenciado pelo resultado negativo do quarto trimestre do ano, -10,7% (tab. 6), em razão do rompimento da barragem em Mariana e a consequente paralisia no nível de atividade na região. Além disso, há de se considerar que a Vale, uma das principais empresas do setor, tem colocado em curso um processo de substituição da capacidade de produção, através de cortes nas minas de maior custo (sistema Sul e Sudeste) em favor das mais produtivas (sistema Norte – Carajás).

A indústria de transformação em Minas Gerais (e no Brasil) apresentou taxas negativas em todas as comparações, ou seja, -2,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior (série com ajuste sazonal); -14,5% em relação a igual trimestre do ano anterior; e -12,7% acumulada no ano (tab. 5 a 7). Segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre as 12 principais atividades da indústria de transformação, apenas duas apresentaram variação positiva em Minas Gerais (no acumulado do ano): "Fabricação de produtos do fumo" (12,2%) e "Fabricação de produtos alimentícios" (3,0%). Os destaques negativos foram "Fabricação de máquinas e equipamentos" (-38,0%), "Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias" (-33,1%) e "Fabricação de produtos têxteis" (-28,5%). Tais resultados desfavoráveis se devem, dentre outros fatores, a i) dificuldade de obtenção de crédito, com maiores exigências para sua concessão e juros mais altos; ii) o alto nível de endividamento das famílias, combinado ao temor da perda do emprego – o que contribui para o realinhamento da cesta de consumo e o adiamento dos planos de compras de bens duráveis; e iii) crise política que tem inibido a confiança dos empresários, mantendo baixo nível de investimentos.

A construção civil tem obtido resultados muito aquém do esperado, principalmente em Minas Gerais. O valor adicionado da indústria mineira, como se observa nas Tabelas 5 a 7, ficou em: -2,8% em relação ao trimestre imediatamente anterior (série com ajuste sazonal); -10,1% em relação a igual trimestre do ano anterior e -8,8% acumulada no ano. É a segunda queda consecutiva no subsetor da construção civil em Minas Gerais (taxa anualizada) e a mais expressiva desde 2003 (-4,9%). Na atual conjuntura as empresas e seus financiadores tentam repassar uma boa quantidade de unidades prontas para os compradores finais. O excesso na oferta destas unidades e a restrição de crédito em virtude da elevação das taxas de juros ao longo do ano culminaram na contração do nível de atividade do setor.

Evaldo Lopes de Assis
Advogado OABMG 66532

Reinaldo Cândido Teixeira
Contador CRCMG 53.451

Ronaldo Mikei Figueredo Martins
Advogado OABMG 88.268

Processo nº 073
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA 1ª CÂMARA
Fls. 67
R

Tabela 7: Valor Adicionado na Indústria: Taxas de variação trimestral (compara o trimestre de referência com igual trimestre do ano anterior) – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados	2013				2014				2015			
(Em %)	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
Indústria (Total)	-2,3	0,1	-0,7	-3,0	3,9	-4,1	-3,9	-5,7	-8,0	-7,8	-9,6	-10,8
Ind. Extrativa Mineral	-5,7	-4,8	-3,1	-6,7	11,1	1,5	0,8	-4,2	-3,2	4,7	0,7	-6,9
Ind. de Transformação	-0,6	3,5	-0,3	-3,5	1,1	-7,0	-5,6	-5,9	-9,9	-12,2	-14,1	-14,5
Construção Civil	4,6	5,0	3,9	2,0	-0,8	-5,7	-5,0	-6,2	-6,9	-9,1	-9,1	-10,1
Energia e Saneamento	-17,5	-15,3	-8,7	-5,0	13,5	0,2	-6,5	-7,0	-14,1	-14,7	-14,1	-6,0
						BRASIL						
Indústria (Total)	-1,6	4,3	2,9	3,0	4,6	-2,7	-2,9	-2,1	-4,4	-5,7	-6,7	-8,0
Ind. Extrativa Mineral	-8,2	-3,1	-0,5	-0,2	6,2	7,4	10,0	10,4	12,5	8,2	4,2	-4,1
Ind. de Transformação	-0,3	5,7	3,5	2,9	1,8	-6,5	-4,2	-6,0	-7,3	-8,1	-11,3	-12,0
Construção Civil	1,0	7,8	5,5	3,6	9,0	-1,7	-7,6	-2,2	-8,3	-10,6	-6,3	-5,2
Energia e Saneamento	-2,9	2,2	-0,2	7,5	4,9	-4,1	-6,7	-4,4	-6,6	-1,6	1,5	1,4

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) – Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Contas Nacionais Trimestrais.

Por fim, o subsetor de energia e saneamento apresenta um crescimento de 5,1% (tab. 6) em relação ao trimestre imediatamente anterior (série com ajuste sazonal), em partes, explicado pelo volume de chuva observado nos últimos meses de 2015. Entretanto as chuvas não foram suficientes para recuperar a normalidade histórica dos reservatórios de água. Assim, ainda é cedo para apontar a superação do problema da falta de água, mesmo no curto prazo.

A falta de chuva prejudicou o subsetor de energia e saneamento (e setor agropecuário). Quando comparamos o último trimestre de 2015 com igual trimestre do ano anterior verificamos uma queda de -6,0% (tab. 6). E a taxa acumulada no ano foi de -12,2% em Minas Gerais (tab. 7).

A geração hidroelétrica nas concessionárias de Furnas e CEMIG apresentou retração, na comparação de 2015 com o ano anterior, de -32,9% e -32,7%, respectivamente[13]. Esses dados deixam clara a seriedade da questão hídrica no estado. O alívio de curto prazo proporcionado pela atual estação úmida pouco tem a dizer acerca do futuro do setor, que permanece com desempenho econômico negativo e prognóstico incerto.

[13] Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpl/gerencial/. Acessado em 29 de fevereiro de 2016.

Relatório divulgado pela FJP – Fundação João Pinheiro, disponível no link: http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-trimestrais/612-monitor-fjp-pibmg-2015-4, o PIB – Produto Interno Bruto Estadual retraiu-se -4,9% no exercício de 2015 **(doc. 8/27).**

Não obstante o cenário de crise e de retração do PIB, o Poder Executivo **nos quadrimestres de 2016,** retornou a despesa com pessoal aos limites legais, tendo despendido **53,95%** da RCL com as despesas de pessoal, e, em valores nominais, **R$ 8.978.160,22** ante a uma RCL de **R$ 16.640.976,38,** conforme de depreende do Anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal extraído do SIACE LRF **(doc. 28/31)**

Constatada a recondução dos gastos com pessoal aos limites preconizados pela LRF, pugnamos pela declaração da regularidade das contas do exercício de 2015, nno que tange aos gastos com pessoal realizados pelo Poder Exeutivo Municipal.

3 - PEDIDOS

Diante do exposto, forte nos esclarecimentos e documentos apresentados, restando provada à saciedade a regularidade das contas do Executivo Municipal de Santana da Vargem do exercício de 2015, vimos requerer sua aprovação na íntegra.

Santana da Vargem, MG, 07 de junho de **2017**.

TRIBUNAL DE ... SECRETARIA 1ª CÂMARA Fls. 68 MINAS GERAIS

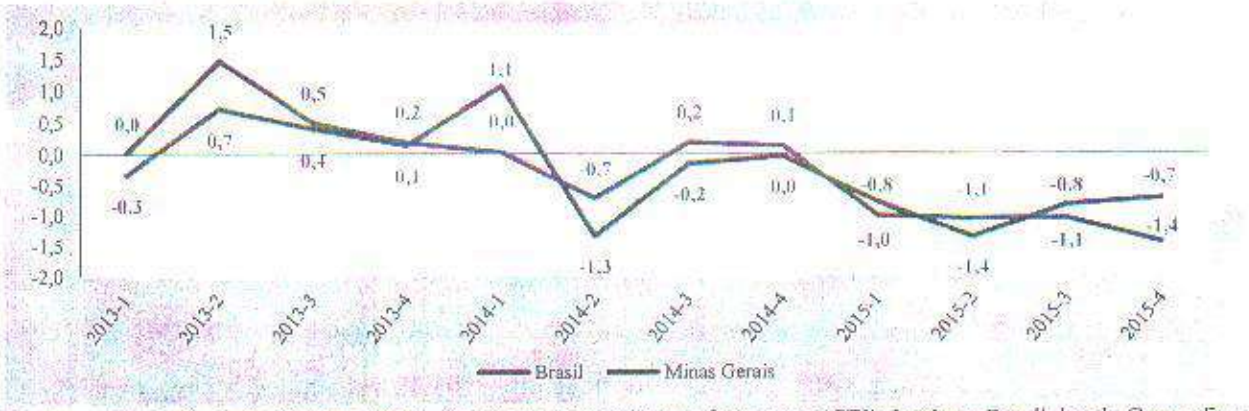
074

SERVIÇOS

A atividade de serviços apresentou resultados no campo negativo no ano de 2015. A retração devido aos fatores econômicos e não econômicos geraram impactos no comportamento das famílias e das empresas afetando as atividades comerciais, de transportes, de alojamento e alimentação, entre outros serviços. O acúmulo de resultados fracos a cada trimestre impõe desafios ainda maiores para uma recuperação em 2016.

O valor adicionado dos Serviços apresentou queda de -0,7% no quarto trimestre de 2015 comparado ao terceiro trimestre do mesmo ano – série com ajuste sazonal. É o sétimo trimestre consecutivo de resultados negativos registrados para Minas Gerais. No caso do Brasil, esse setor registrou diminuição de -1,4% no quarto trimestre do ano (gráf. 6).

Gráfico 6: Valor Adicionado nos Serviços — Taxas de variação no trimestre (em relação ao trimestre imediatamente anterior) na série com ajuste sazonal – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) – Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Contas Nacionais Trimestrais.

O atual cenário econômico de tentativa de ajustes e outros fatores políticos, que interferem na dinâmica da economia, se associaram com as baixas expectativas dos empresários e dos consumidores gerando a construção de um panorama recessivo para 2015.

Folha Nº 049
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA 1ª CÂMARA
Fls. 43

terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

Ademais, os prazos referidos no art. 23 da LRF, são duplicados, na ocorrência de retração do Produto Interno Bruto – PIB, a teor do disposto Art. 66 da LRF:

> *"Art. 66. Os prazos estabelecidos nos* ***arts. 23, 31 e 70 serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres.***
>
> *§ 1º Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 1% (um por cento), no período correspondente aos quatro últimos trimestres.*
>
> *§ 2º A taxa de variação será aquela apurada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão que vier a substituí-la, adotada a mesma metodologia para apuração dos PIB nacional, estadual e regional.*
>
> *§ 3º Na hipótese do caput, continuarão a ser adotadas as medidas previstas no art. 22.*
>
> *§ 4º Na hipótese de se verificarem mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial, reconhecidas pelo Senado Federal, o prazo referido no caput do art. 31 poderá ser ampliado em até quatro quadrimestres.*

Fls. 69
075
MINAS GERAIS

O comportamento dos agentes tem peso fundamental para o desempenho dos setores econômicos e, dessa forma, também para os Serviços, que agrupam as atividades do comércio, transportes, aluguéis, administração pública e outros serviços[14].

A diminuição de -0,7% no setor de Serviços de Minas Gerais (tab. 8) no quarto trimestre do ano comparando ao trimestre imediatamente anterior foi impulsionada principalmente por uma acentuada queda no comércio de -2,3% e também nos outros serviços de -1,8%. A redução da ocupação e com uma inflação elevada geram queda da renda real dos consumidores que também enfrentam um crédito mais restrito impactando negativamente nas atividades comerciais. Nem mesmo atrativos comerciais como o crescente movimento do *Black Friday* e, até mesmo, a data de maior movimento no comércio, o Natal, foram suficientes para o setor mostrar uma recuperação.

Tabela 8: Valor Adicionado nos Serviços: Taxas de variação no trimestre (em relação ao trimestre imediatamente anterior) na série com ajuste sazonal – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados	2013				2014				2015			
Macroeconômicos	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
Serviços (Total)	-0,3	0,7	0,4	0,1	1,1	-1,3	-0,2	0,0	-0,8	-1,4	-0,8	-0,7
Comércio	-0,7	0,2	0,5	-0,8	1,9	-2,8	-0,1	-0,3	-2,2	-3,9	-2,8	-2,3
Transportes	-1,4	2,2	2,8	0,1	4,2	-4,7	-2,4	-0,2	1,4	-3,8	-3,9	-0,4
Aluguéis	1,0	0,6	0,9	0,7	1,3	0,7	0,6	0,5	0,3	0,5	0,4	0,4
Administração Pública	1,0	0,2	-0,3	0,3	0,5	-0,1	-0,1	-0,1	-0,2	0,2	0,6	0,1
Outros Serviços	0,0	-0,3	-0,2	-0,3	0,1	-1,1	-1,0	-0,6	-0,5	-1,1	-1,5	-1,8
						BRASIL						
Serviços (Total)	0,0	1,5	0,5	0,2	0,0	-0,7	0,2	0,1	-1,0	-1,1	-1,1	-1,4
Comércio	0,6	1,8	0,3	-0,2	0,9	-3,8	0,7	0,3	-3,4	-4,6	-2,5	-2,6
Transportes	-1,3	4,9	-1,0	-0,1	1,6	-0,6	1,0	-0,4	-3,6	-2,3	-2,0	-1,7
Aluguéis	2,5	0,3	0,7	0,5	0,0	-0,5	0,4	0,9	-0,8	0,3	-0,1	0,5
Administração Pública	0,8	0,6	1,2	0,2	-1,7	0,8	0,4	0,0	-1,5	1,6	0,8	-2,0
Outros Serviços	-1,7	1,5	0,6	0,6	-0,1	0,1	-0,1	0,0	-0,1	-1,0	-1,1	-1,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) – Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Contas Nacionais Trimestrais.

Para a economia brasileira, a retração de -1,4% também ocorreu principalmente devido ao fraco desempenho do comércio (-2,6%). Os serviços da administração pública e os aluguéis apresentaram leves aumentos para Minas Gerais de 0,1% e 0,4%, respectivamente. O setor de transportes em Minas Gerais apresentou queda de -0,4% e para o Brasil uma queda de -1,7%.

[14] Este agregado inclui, além da intermediação financeira, os serviços de informação e de comunicação, demais serviços prestados às empresas, os serviços de alojamento e de alimentação, de reparação e de manutenção, os serviços prestados às famílias, a saúde e a educação mercantis e os serviços domésticos, e responde por aproximadamente ⅓ do total do valor adicionado nas atividades de serviços em Minas Gerais.

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA
1ª CÂMARA
Fls. 42

R$233.723,27 (duzentos e trinta e três mil setecentos e vinte e três reais e vinte e sete centavos).

Dessa forma, deixo de considerar o apontamento técnico, uma vez que não há nos autos elementos probatórios suficientes para concluir pela ocorrência da ilegalidade material, uma vez que não se comprovou o empenhamento dos créditos adicionais abertos sem a necessária fonte de recursos.".

Registre-se, que no caso dos presentes autos os créditos concedidos foram da ordem de R$ 24.544.236,22 e a despesa empenhada limitou-se a R$ 14.790.022,39, conforme registrado à fls 7 do relatório técnico.

2 – DOS GASTOS COM PESSOAL

Apurou, com propriedade o estudo técnico que o município realizou gastos com pessoal equivalentes a 56,39% da Receita Corrente Líquida, infringindo o disposto no art. 20, III, b da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não obstante a extrapolação dos gastos com pessoal no exercício, não pode se constituir em óbice à aprovação das contas, haja vista que a LRF prevê que o órgão que exceder ao limite dos gastos com pessoal, possui prazo para reconduzi-lo aos limites legais, conforme se depreende do disposto no art. 23 da LRF, *in verbis:*

> *Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20,* ***ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo,*** *sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual* ***excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes,*** *sendo pelo menos um*

076
Fls. 70

Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o setor de Serviços de Minas Gerais e do Brasil registraram quedas de -3,6% e -4,4%, respectivamente, no quarto trimestre. Esse resultado foi fortemente influenciado, tanto para o Estado quanto para o Brasil, por consideráveis quedas nos transportes e no comércio. O setor de transportes de Minas Gerais registrou queda de –6,5% no quarto trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e o comércio uma retração ainda maior de -10,7%. Para a economia brasileira os resultados do comércio e dos transportes foram de quedas de -12,4% e -9,0%, respectivamente (tab. 9).

Tabela 9: Valor Adicionado nos Serviços: Taxas de variação trimestral (compara o trimestre de referência com igual trimestre do ano anterior) – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados	2013				2014				2015			
Macroeconômicos	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
Serviços (Total)	1,4	1,2	1,0	0,9	2,4	0,2	-0,4	-0,5	-2,2	-2,4	-3,0	-3,6
Comércio	0,3	0,9	-0,4	-0,8	2,9	-2,4	-2,0	-1,4	-5,4	-6,5	-9,0	-10,7
Transportes	-2,0	1,0	4,4	3,6	10,7	2,2	-3,0	-3,2	-6,1	-4,8	-6,2	-6,5
Aluguéis	2,9	2,9	3,3	3,2	3,6	3,7	3,4	3,2	2,1	1,9	1,7	1,5
Administração Pública	3,4	2,1	1,2	1,3	0,7	0,4	0,5	0,1	-0,6	-0,3	0,5	0,7
Outros Serviços	1,7	0,4	-0,3	-0,8	-0,6	-1,5	-2,4	-2,7	-3,1	-3,1	-3,6	-4,7
						BRASIL						
Serviços (Total)	2,9	3,2	2,7	2,2	2,2	0,0	-0,3	-0,3	-1,4	-1,8	-2,9	-4,4
Comércio	3,9	4,3	2,9	2,7	3,2	-3,1	-2,6	-1,8	-5,9	-7,1	-9,9	-12,4
Transportes	0,5	6,0	1,7	2,4	6,0	-0,9	2,0	1,7	-4,0	-5,2	-7,7	-9,0
Aluguéis	6,9	4,5	3,8	4,0	1,5	0,7	0,4	0,9	0,1	0,8	0,3	0,0
Administração Pública	1,6	1,4	3,1	2,7	0,2	0,4	-0,4	-0,6	-0,4	0,5	0,9	-1,2
Outros Serviços	2,3	2,9	2,2	0,9	2,7	1,1	0,3	-0,1	-0,1	-1,2	-2,3	-3,2

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) – Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Contas Nacionais Trimestrais.

O setor de Serviços de Minas Gerais acumulou em 12 meses, fechando o ano de 2015, com queda de -2,8% no quarto trimestre de 2015. Ressalta-se que, nem mesmo no ápice da última crise econômica internacional, o setor de Serviços apresentou resultado negativo no acumulado 12 meses. Isso mostra como o cenário atual prejudicou os resultados de um setor com o maior peso da economia e com um grande número de empregados. O resultado do setor de Serviços para a economia brasileira (-2,7%) foi um pouco mais ameno que para a economia mineira (tab. 10).

O comércio acumulou em 12 meses taxa negativa de -7,9% para Minas Gerais, impulsionado pela queda das vendas da maioria dos que compõem o comércio varejista ampliado segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, salvo os setores de caráter essencial

autos de nº 872419, prestação de contas do exercício de 2011 do Município de Vieiras, donde se extrai os seguintes excertos:

> *"A abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis, conforme apontados pela Unidade Técnica, ofende, em tese, o art. 167, V, da Constituição Federal e o art. 43 da Lei nº 4.320/64.*
>
> *A finalidade precípua dessa norma é coibir a realização de despesa pública sem a necessária fonte financeira ou orçamentária de recursos, evitando o desequilíbrio das contas públicas, com o consequente aumento do passivo financeiro e o desvio do planejamento orçamentário.*
>
> *Por outro lado, saliento que o exame das presentes contas restringe-se aos dados consolidados enviados via SIACE/PCA, uma vez que não foi realizada inspeção in loco no município com essa finalidade. Não se tem, assim, acesso a todos os dados da execução orçamentária, o que impossibilita a verificação de que a despesa empenhada tenha ocorrido à conta dos créditos suplementares abertos com a indicação das fontes de recursos "excesso de arrecadação".*
>
> *Ressalte-se, ainda, que o demonstrativo da execução orçamentária à fl. 104 informa que* ***os créditos autorizados totalizaram R$9.516.349,15 (nove milhões quinhentos e dezesseis mil trezentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), enquanto a despesa realizada foi de R$9.282.625,88 (nove milhões duzentos e oitenta e dois mil seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos), configurando o empenhamento das despesas inferior aos créditos autorizados, no montante de***

077
SECRI 1ª CÂMARA Fls. 71 MINAS GERAIS

como Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e produtos farmacêuticos e, de baixo valor, como artigos de uso pessoal.

Tabela 10: Taxas de variação acumulada em 12 meses (compara o resultado acumulado nos doze meses que se completam no trimestre de referência com igual período imediatamente anterior) – Minas Gerais e Brasil – 1º trim. 2013 – 4º trim. 2015 (%)

Agregados	2013				2014				2015			
Macroeconômicos	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
						MINAS GERAIS						
Serviços (Total)	2,8	2,4	1,8	1,1	1,4	1,1	0,8	0,4	-0,7	-1,4	-2,0	-2,8
Comércio	0,3	0,9	0,5	0,0	0,6	-0,2	-0,6	-0,8	-2,8	-3,7	-5,5	-7,9
Transportes	-1,7	-1,3	0,7	1,9	4,8	5,1	3,1	1,3	-2,5	-4,2	-5,1	-5,9
Aluguéis	5,4	4,6	4,0	3,1	3,3	3,4	3,5	3,4	3,1	2,6	2,2	1,8
Administração Pública	1,8	2,0	2,0	2,0	1,3	0,9	0,7	0,4	0,1	-0,1	-0,1	0,1
Outros Serviços	5,0	3,3	1,7	0,2	-0,4	-0,8	-1,3	-1,8	-2,4	-2,8	-3,1	-3,6
						BRASIL						
Serviços (Total)	3,1	3,3	3,2	2,8	2,6	1,8	1,0	0,4	-0,5	-1,0	-1,6	-2,7
Comércio	3,2	4,0	3,8	3,4	3,2	1,4	0,0	-1,2	-3,3	-4,3	-6,1	-8,9
Transportes	2,2	3,6	2,7	2,6	3,9	2,2	2,3	2,1	-0,2	-1,3	-3,8	-6,5
Aluguéis	6,2	5,8	5,2	4,8	3,4	2,5	1,6	0,9	0,5	0,6	0,5	0,3
Administração Pública	1,4	1,3	1,8	2,2	1,9	1,6	0,7	-0,1	-0,2	-0,2	0,1	0,0
Outros Serviços	3,3	3,4	3,1	2,1	2,2	1,7	1,2	1,0	0,3	-0,3	-0,9	-1,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) – Centro de Estatística e Informações (CEI). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Contas Nacionais Trimestrais.

Os serviços imobiliários e aluguéis apresentaram resultados positivos no ano de 2015, o que pode ser explicado, mas não exclusivamente, pela rigidez dos contratos. Apesar de ser um setor que tipicamente apresenta taxas positivas, esse exibe uma tendência descendente. Para Minas Gerais, em 2015, o setor cresceu 1,8% em relação ao ano anterior. Para o Brasil, essa taxa é menor, 0,3%. Já a administração pública apresentou-se praticamente estagnada com crescimento 0,1% para Minas Gerais e 0,0% para o Brasil (tab. 10).

Folha Nº 078
Fls. 72
MINAS GERAIS

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GOVERNADOR
Fernando Damata Pimentel

VICE-GOVERNADOR
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SECRETÁRIO
Helvécio Miranda Magalhães Júnior

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
PRESIDENTE
Roberto do Nascimento Rodrigues

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
DIRETOR
Leonardo Barbosa de Moraes

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSESSORA-CHEFE
Olívia Bittencourt Siqueira

EQUIPE TÉCNICA

SISTEMA DE CONTAS REGIONAIS DE MINAS GERAIS
COORDENAÇÃO GERAL
Raimundo de Sousa Leal Filho
CONTAS TRIMESTRAIS DE MINAS GERAIS
COORDENADORES
Glauber Flaviano Silveira
Thiago Rafael Corrêa de Almeida
ELABORAÇÃO
Caio César Soares Gonçalves
Carla Cristina Aguilar de Souza
Danilo Gomes de Freitas
Marco Paulo Vianna Franco
Mario Aparecida Sales Souza Santos
Marilene Cardoso Gontijo
Reinaldo Carvalho de Morais

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Bárbara Andrade Correia da Silva
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Débora Cristina de Oliveira Drumond e Souza

COLABORADORES EXTERNOS

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA:
Lídio Cerqueira Moura
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG:
Regina Fátima Jorge Daguer Ravinet
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT:
Paulo Nelson de Souza
Rogério Ribeiro e Souza
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO:
Israel Wellington da Silva
BH AIRPORT
Andressa Rocha Kelmer
ENERGISA MINAS GERAIS – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A:
Carlos Jorge Isaias
Moises Eduardo Rodrigues

É permitida a reprodução dos dados publicados, desde que citada a fonte

CONTATOS E INFORMAÇÕES
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)
Alameda das Acácias, 70 – Bairro São Luís / Pampulha
CEP: 31275-150 – Belo Horizonte – Minas Gerais
Telefones: (31) 3448 9719/ 3448 9628/3448 9454
www.fjp.mg.gov.br
e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

Comercial Digital de Serviços em Imóveis
Folha nº 42

Em Branco

ANEXO 1 (arts. 54 e 55 - L.C. 101/00)
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO: Santana da Vargem
ÓRGÃO: Poder Executivo
Data/hora de geração do relatório: 07/06/17 09:24

Data Base: 31/12/2016
Periodicidade: Quadrimestral

Valores em Reais

I - COMPARATIVOS				
	janeiro/2015 a dezembro/2015		janeiro/2016 a dezembro/2016	
	R$	%	R$	%
Receita Corrente Líquida do Município	14.723.080,36		16.640.976,38	
1 - Despesa Total com Pessoal	8.302.130,75	56,39	8.978.160,22	53,95
Limite 90% (§ 1º, inciso II, art. 59)	7.155.417,05	48,60	8.087.514,52	48,60
Limite Prudencial 95% (Parágrafo único, art. 22)	7.552.940,22	51,30	8.536.820,88	51,30
Limite Legal (art. 20)	7.950.463,39	54,00	8.986.127,25	54,00
Excesso a Regularizar (art. 20)	351.667,36	2,39		
2 - Despesa Líquida Inativos e Pensionistas do RPPS				
Total das Despesas	162.842,55	1,11	180.751,57	1,09
Limite Legal				
Excesso a Regularizar				
3 - Dívida Consolidada				
Saldo Devedor	915.809,21	6,22	762.511,67	4,58
Limite 90% (§ 1º, inciso III, art. 59)				
Limite Legal				
Excesso a Regularizar				
4 - Dívida Consolidada Líquida				
Saldo Devedor	142.092,42	0,97	0,00	0,00
Limite Legal	17.667.696,43	120,00	19.969.171,66	120,00
Excesso a Regularizar				

Colegio de Bachilleres de Chiapas
Folio N° 54

SB Lasso

ANEXO 1 (arts. 54 e 55 - L.C. 101/00)
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO: Santana da Vargem
ÓRGÃO: Poder Executivo
Data/hora de geração do relatório: 07/06/17 09:24

Data Base: 31/12/2016
Periodicidade: Quadrimestral

I - COMPARATIVOS				
	janeiro/2015 a dezembro/2015		janeiro/2016 a dezembro/2016	
	R$	%	R$	%
5 - Dívida Mobiliária				
Saldo Devedor	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite 90% (§ 1º, inciso III, art. 59)				
Limite Legal				
Excesso a Regularizar				
6 - Concessões de Garantias				
Saldo Devedor	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite 90% (§ 1º, inciso III, art. 59)	2.915.169,91	19,80	3.294.913,32	19,80
Limite Legal	3.239.077,68	22,00	3.661.014,80	22,00
Excesso a Regularizar				
7 - Operações de Crédito (exceto ARO)				
Realizado nesse Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite 90% (§ 1º, inciso III, art. 59)	2.120.123,57	14,40	2.396.300,60	14,40
Limite Legal	2.355.692,86	16,00	2.662.556,22	16,00
Excesso a Regularizar				
8 - Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)				
Realizadas nesse Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite Legal	1.030.615,63	7,00	1.164.868,35	7,00
Excesso a Regularizar				

Ministério Público do Trabalho na Bahia
Folha Nº 204

Em Branco

ANEXO 1 (arts. 54 e 55 - L.C. 101/00)
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO: Santana da Vargem
ÓRGÃO: Poder Executivo
Data/hora de geração do relatório: 07/06/17 09:24

Data Base: 31/12/2016
Periodicidade: Quadrimestral

III - DEMONSTRATIVOS a serem informados em 31/12/2016			
	Do Executivo (- RPPS)	Previdência	Assistência à Saúde
1 - Disponibilidades Financeiras em 31/12/2016	R$	R$	R$
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos - Recursos Não Vinculados	1.347.591,33	0,00	0,00
Bancos - Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras - Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras - Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
Subtotal	1.347.591,33	0,00	0,00
(-)Deduções:			
Valores compromissados até 31/12/2016	111.146,88	0,00	0,00
Total de Disponibilidades (A)	1.236.444,45	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados (B)	1.248.255,60	0,00	0,00
Total das Disponibilidades Líquidas antes da Inscrição de Restos a Pagar Não Processados (C = A + B)	2.484.700,05	0,00	0,00

	Do Executivo (- RPPS)	Previdência	Assistência à Saúde
2 - Incrições de Restos a Pagar	R$	R$	R$
a - Processados	267.049,83	0,00	0,00
b - Não Processados	1.248.255,60	0,00	0,00
Total das Inscrições (a + b)	1.515.305,43	0,00	0,00
c - RP Vinculados	1.375.867,30	0,00	0,00
d - RP Não Vinculados	139.438,13	0,00	0,00
Total das Inscrições (c + d)	1.515.305,43	0,00	0,00
e - Despesas não inscritas por falta de disponibilidade de caixa, cujos empenhos foram cancelados	0,00	0,00	0,00
Disponibilidades Financeiras Líquidas antes da Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.484.700,05	0,00	0,00

3 - Serviços de Terceiros (art. 72 L. C. 101/00)	R$	% RCL
Exercício Atual	2.163.842,47	13,00

Juan Franco

ANEXO 1 (arts. 54 e 55 - L.C. 101/00)
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO: Santana da Vargem
ÓRGÃO: Poder Executivo
Data/hora de geração do relatório: 07/06/17 09:24

Data Base: 31/12/2016
Periodicidade: Quadrimestral

4 - Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (art. 38, II - L. C. 101/00):						
Data da Contratação	Valor Contratado	Data da Liquidação			Liquidado no Exercício	Saldo a Pagar
		Principal	Juros	Encargos		
No último ano de mandato do Prefeito Municipal, houve contratação de OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA? (art. 38, IV, b - L.C. 101/00 ( ) Sim (X) Não						

	NOME	CPF	CRC
Prefeito:	VITOR DONIZETE SIQUEIRA	538.512.266-15	
Contador:	SILVIO CESAR MIRANDA	532.653.786-91	46694
Controle Interno:	BRUNO TERRA LOPES	106.007.656-01	

Sala N. 080
En trámite

SPP serviço protocolo postal

083

CORREIOS

TRIBUNAL DE CONTAS SECRETARIA 1ª CÂMARA Fls. 77 MINAS GERAIS

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

MG1188001-3

AGF VALE DO AÇO 23 JUN 2017 IPATINGA - MG

16:19

Referência: Processo: 987.830

Prestação de Contas de 2015.

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem.

VITOR DONIZETE SIQUEIRA, já qualificado nos autos em epígrafe, vem mui respeitosamente perante V. Exa., por seu procurador ao final assinado, requerer juntada aos autos do inclusivo instrumento de procuração.

Termos em que,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2017.

Evaldo Lopes de Assis

Advogado OABMG 66532

0002278010 / 2017

SANTANA DA VARGEM